

Cultura, História e Sociedade Global



**Denise Pereira
(Organizadora)**

Cultura, História e Sociedade Global



**Denise Pereira
(Organizadora)**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editores: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C968	Cultura, história e sociedade global [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-027-8 DOI 10.22533/at.ed.278202804 1. Cultura. 2. Política cultural. 3. Sociedade. I. Pereira, Denise. CDD 353.70981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Fala-se muito de cultura, mas nem todos sabem exatamente do que estão falando. Uma definição exata e definitiva seria muito difícil de obter, pois depende de alguns fatores, como: a visão sociológica, antropológica, filosófica, além do sentido que se quer da à cultura. É importante conhecer as definições de cultura, pois é através de nossa cultura que conhecemos nosso passado.

Conhecer e entender esse passado dará a significação e a afirmação de nossa identidade cultural, da nossa história. Por meio da compreensão de cultura teremos um caminho para conhecer, assimilar e analisar nossa história, e principalmente dentro de uma sociedade global.

Ao mesmo tempo devemos compreender, que por meio de uma nova sociedade, ou seja, uma sociedade globalizada ampliaram-se as facilidades de comunicação e, conseqüentemente, a transmissão dos valores culturais, transformações das configurações da economia, da política, da educação, principalmente dos percursos da história.

Este e-book vem conduzir a discussão dentro desta perspectiva: Cultura, História e Sociedade Global.

Espero que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CULTURA POPULAR: CONCEPÇÕES HISTORIOGRÁFICAS	
Denise Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.2782028041	
CAPÍTULO 2	11
ENTRE HETEROTOPIA E UTOPIA: O REGIME DE ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS EM <i>HAUTE SURVEILLANCE</i> , DE JEAN GENET	
Nilda Aparecida Barbosa Roselene de Fátima Coito	
DOI 10.22533/at.ed.2782028042	
CAPÍTULO 3	29
ANÁLISE DO POTENCIAL DA LEI DA TV PAGA PARA DESCENTRALIZAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS NO SETOR AUDIOVISUAL BRASILEIRO	
Roberta Filizola Custodio Barroso Samantha Claret Capdeville	
DOI 10.22533/at.ed.2782028043	
CAPÍTULO 4	37
BALIZAMENTO BUROCRÁTICO PARA ASSINATURA DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL VISANDO OTIMIZAR A GESTÃO PÚBLICA UNIVERSITÁRIA	
Alexandre B. Colle Luciane Stallivieri Gabriela Guichard de Lima Beck	
DOI 10.22533/at.ed.2782028044	
CAPÍTULO 5	57
ANÁLISE DOS METAPLASMOS PRESENTE NA ORALIDADE DE IDOSOS EM UMA COMUNIDADE NO INTERIOR DE ABAETETUBA	
Paulo Ronaldo Nogueira Rodrigues José Eduardo Pastana Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2782028045	
SOBRE A ORGANIZADORA	64
ÍNDICE REMISSIVO	65

CAPÍTULO 1

CULTURA POPULAR: CONCEPÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

Data de aceite: 20/04/2020

Denise Pereira

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

RESUMO: Cultura popular é um dos conceitos mais controverso para os pesquisadores. Existe, sem dúvida, desde o final do século XVIII; foi utilizado com objetivos e em contextos muito variados, quase sempre envolvidos com juízos de valor, idealizações, homogeneizações e disputas teóricas e políticas. Para muitos, está (ou sempre esteve) em crise, tanto em termos de seus limites para expressar uma dada realidade cultural, como em termos práticos, pelo chamado avanço da globalização, responsabilizada, em geral, pela internacionalização e homogeneização das culturas. Neste sentido o texto, vem analisada a partir da concepção dos folcloristas, colocando em cena os termos tradição e transformação, considerados antagônicos por ambas as tendências e envolvidos pela questão nacional, amplamente discutida pela História durante

todo o século XX.

PALAVRAS-CHAVE: cultura popular; tradição e transformação.

Na História a investigação do objeto cultura possui um longo percurso, ao trabalharmos conceitos é preciso primeiramente saber que estamos diante de um objeto cujas interpretações são polissêmicas e é possível analisá-lo sob diversas abordagens e questionamentos, sendo necessário, portanto, uma revisão teórica que busque compreendê-lo. Desse modo, levantando uma discussão de caráter exploratório e longe de ser definitivo, ainda que pautemos as ideias em autores consagrados, temos a clareza de que o tema não se exaure, mas tal como a abordagem servirá para balizar nossa pesquisa.

O conceito de cultura, nas últimas décadas do século XX, ganhou certa amplitude, como explica Burke,

[...] o termo cultura tendia a referir-se à arte, literatura e música [...] hoje, contudo seguindo o exemplo dos antropólogos, os historiadores e outros [pesquisadores] usam o termo “cultura” muito mais amplamente, para referir-se a quase tudo que pode ser apreendido em uma dada sociedade, como comer, beber, andar, falar, silenciar e assim por diante.¹

1 BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 25

O conceito de cultura no final do século XX e, principalmente, no século XXI, deixou de ser pensado apenas como arte, literatura e música e passou a ser identificado como “*a história das ações e noções subjacentes à vida cotidiana de uma dada sociedade*”.²

Converge para uma visualização desse conceito, de maneira ampla, uma totalidade complexa que inclui conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes, além de outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Uma noção holística, mas também processual voltada para a mudança cultural e suas formas de ocorrências.

Para o autor, o que antes era considerado senso comum e normal, passou a ser visto pelos pesquisadores contemporâneos como “*algo que varia de sociedade a sociedade e muda de um século a outro, e que enfim, é ‘construído’ socialmente*”³.

O problema desse raciocínio de Burke na opinião de Canclini, é que a abrangência do conceito proporciona dois inconvenientes: primeiro que apesar de ter produzido uma equivalência entre as culturas, ela não conseguiu dar conta das desigualdades entre elas, ou ainda de como as diferenças se transformaram em desigualdade. E, em segundo, na medida em que pensam todos os fazeres humanos como cultura, ela não dá conta da hierarquização desses fazeres e o peso distintivo que possuem dentro de uma determinada formação social.

Canclini propõe então restringir o uso do termo cultura para:

Produção de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social, ou seja, a cultura diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido⁴.

Ainda fazendo a crítica da amplitude do conceito de cultura de Burke, Canclini se opõe as conceituações de inclinação idealista, que a vê apenas como ligada ao campo das crenças, dos valores das ideias. Canclini afirma que sua proposição de conceituação de cultura não se encaminha no sentido de identificar o cultural com o ideal, nem o de material com social, nem sequer imagina a possibilidade de analisar esses níveis de maneira separada. Pelo contrário, pois

Os processos ideais (de representação e reelaboração simbólica) remetem a estruturas mentais, a operações de reprodução ou transformação social, a práticas e instituições que, por mais que se ocupem da cultura, implicam uma certa materialidade⁵.

O autor Peter Burke ao analisar a amplitude do conceito cultura, elabora um

2 Id.

3 Ibid., p. 21.

4 CANCLINI, Nestor Garcia. **As Culturas Populares no Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 28

5 Ibid., p. 29.

percurso sobre a cultura. Coloca que a partir do século XVIII, o deslocamento no conceito de cultura, o termo vai se ligar a outro, a saber: o vocábulo civilização. Essa ligação se estabelecerá positiva ou negativamente conforme a linha de pensamento.

Dessa ligação entre a cultura e a civilização, Ortiz analisa que a noção de cultura popular é “*fruto recente da história*”, pois emergiu no final do século XVIII, visto que até meados do século anterior a fronteira entre cultura popular e cultura de elite não estava bem delimitada, porque a nobreza participava das crenças religiosas, das superstições e dos jogos realizados pelas camadas subalternas. É claro que o mesmo não se pode dizer com relação ao povo no universo das elites ⁶.

Visto que o século XVIII teria sido a “*descoberta*” da cultura popular pelos intelectuais europeus justamente quando começava a desaparecer, pois, nesse contexto se insere a nostalgia do primitivo, da natureza, da simplicidade, teria confluído em uma espécie de entusiasmo com tudo o que vinha do “povo” (associado diretamente ao camponês): o “popular” caía no gosto “erudito”, sobrepondo-se à curiosidade a certa temeridade e restrição, presentes até então.

Fundamentalmente essas descobertas da cultura popular aconteceram a partir do que se chamou “retirada das classes superiores” do cenário cultural

Em 1500, a cultura popular era uma cultura de todos: uma segunda cultura para os instruídos e a única cultura para todos os outros. Em 1800, porém, na maior parte da Europa, o clero, a nobreza, os comerciantes, os profissionais liberais – e suas mulheres – haviam abandonado a cultura popular às classes baixas, das quais agora estavam mais do que nunca separados por profundas diferenças de concepção de mundo⁷.

Segundo essa abordagem da história da cultura popular europeia de Burke, o povo tornou-se cada vez mais um “outro”, distante, misterioso e, acima de tudo, diferente; o povo era natural, simples, analfabeto, instintivo, irracional, enraizado na tradição e no solo da região, sem nenhum sentido de individualidade, o indivíduo se dispersava na comunidade⁸.

Se antes, no passado, o povo era ameaçador e grotesco, a partir do século XX torna-se interessante, exótico; é a cidade que passa a constituir-se no objeto de temor, o verdadeiro perigo de corrupção das hierarquias e da ordem e, desse ponto de vista, o entusiasmo pelo “popular” estaria associado ao desejo de retorno a uma “pureza original dos campos”, em oposição ao mundo “artificial” e mutante trazido pela modernidade.

Para Certeau, a cultura popular, considerada reduto da tradição, era tida como algo “imutável”, e precisava ser “preservada” dos avanços predatórios da modernidade e do contágio com a cidade. Idealizados, o povo e sua cultura deviam

6 ORTIZ, Renato. **Cultura popular**: românticos e folcloristas. São Paulo: Olho d’Água, 1992, p. 21

7 Id.

8 Ibid., p. 37.

ser resguardados visando manter sua “pureza original”, sua “simplicidade”, sua “inocência”: a cultura popular define-se, desse modo como “patrimônio”.⁹

Esse teria sido o intuito dos primeiros folcloristas, cujos trabalhos se, por um lado, tornaram visível a questão do “popular” coletando, editando, descrevendo e tornando possíveis os estudos subsequentes, por outro, foram guiados por interesses políticos específicos de uma cultura dominante, no contexto da formação dos estados nacionais na Europa, em que se intentava abarcar todos os níveis da população, visando à construção de uma identidade unificadora.

[...] o cuidado folclorista, no entanto, não está isento de segundas intenções: ele deseja localizar, prender, proteger. Seu interesse é como que o inverso de uma censura: uma integração racionalizada.¹⁰

Naquele contexto, da Europa no século XVIII, consolidou-se uma concepção de cultura popular assentada na idéia de tradição, tida como em vias de extinção em função da urbanização decorrente da expropriação do homem no campo e que por isso precisava ser rapidamente “coletada” e “preservada” sobre uma “herança passadista”, idealizada como uma cultura original, autônoma, intocada, inalterável, homogênea e contínua.

Ortiz vê o surgimento da noção de cultura popular como “*uma criação de intelectuais que, com intenções variadas, voltam-se para a compreensão das tradições*”, e afirma: “*a idéia de ‘cultura popular’ foi inventada, sendo progressivamente lapidada pelos diferentes grupos intelectuais*”.¹¹

Nesse sentido, a “descoberta” e os posteriores estudos dos folcloristas sobre a cultura popular estiveram, profunda e diretamente ligados às formas como as elites “cultas” analisavam e se relacionavam com o povo e o popular, cujas concepções e recortes variavam de acordo com determinados interesses em cada contexto histórico.

A partir da reflexão sobre a emergência da ideia de cultura popular no final do século XVIII é possível identificar, nos contextos sociais, culturais, econômicos e políticos daquele período, diversos aspectos que contribuíram para sua construção e difusão como categoria de pensamento sobre a cultura e o povo, atendendo a interesses específicos daqueles que primeiramente a encararam como questão.

Produzido como uma categoria erudita destinada a circunscrever e descrever produções e condutas situadas fora da cultura erudita, o conceito de cultura popular tem trazido, nas suas múltiplas e contraditórias acepções, as relações mantidas pelos intelectuais ocidentais [...] com uma alteridade cultural ainda mais difícil de ser pensada que a dos mundos “exóticos”¹².

9 CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. São Paulo: Papyrus, 1995, p. 62.

10 Ibid., p. 63

11 ORTIZ, Renato. **Cultura Popular**. Op. cit., 61

12 CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisando um conceito historiográfico. **Revista Estudos Históricos**,

A concepção de “povo” e, conseqüentemente, de “popular” não cessa de variar de acordo com quem as aborda, com o lugar de onde se fala e com os recortes temáticos e metodológicos pelos quais se opta. Longe de ser uma “evidência” ou um bloco homogêneo, monolítico e integrado, passível de uma definição universal, o povo é algo impalpável e indeterminado, que vem sendo perseguido pelas ciências humanas desde sua descoberta/invenção, e tem se constituído em objeto de investigações teóricas diversas, muitas vezes conflitantes e em disputa.

Se pensarmos que a elaboração de um discurso científico sobre o popular é um problema recente no pensamento moderno, tornam-se mais claras as dificuldades enfrentadas pelas ciências humanas com esta questão.

A composição do povo se apresenta variada entre camponeses puros e primitivos a multidões turbulentas e revoltosas, entre comunidades tradicionais e massas consumidoras; constitui-se de grupos autônomos e autênticos a espectadores passivamente manipulados, de focos de resistência a grupos oprimidos e subordinados, de conservadores a revolucionários; o popular tem sido associado ao folclore, à tradição, ao senso comum, ao nacional e ao massivo.

São inúmeras as facetas que o “povo” e o “popular” têm assumido desde os românticos e os folcloristas, implicando na multiplicidade e heterogeneidade de significados e eventos englobados pelo conceito de cultura popular.

Todavia, é importante frisarmos que, algumas linhas mais empiristas, principalmente, na antropologia, buscaram romper com a idealização romântica por meio do contato direto com a realidade, do exame minucioso dos objetos e dos costumes, voltando-se especialmente à especificidade e ao valor de “grupos oprimidos”, até então desconsiderados.

No intuito de abolir toda forma de etnocentrismo cultural, algumas dessas interpretações, em parte conhecidas como relativismo cultural, acabam por conceber a cultura popular como um sistema simbólico auto-suficiente, coerente e autônomo, *“que funciona segundo uma lógica absolutamente alheia e irreduzível à da cultura letrada”*¹³.

Em relação às diversidades de interpretações, temos algumas abordagens derivadas do pensamento de Marx sobre a sociedade capitalista, que o “povo” passou a ser visto sob a perspectiva da “luta de classes”, da “dominação” e da “subordinação”. A palavra “povo” associou-se à ideia de proletariado, de classes trabalhadoras, subalternas, em contraposição à burguesia, às elites, às classes dominantes, ainda que Marx, em seus escritos clássicos, não tenha se detido sobre a questão da cultura propriamente dita e tenha praticamente ignorado a temática da cultura popular.

v. 8, n. 16, pp. 179-192, 1995, p.179.

13 Id.

Em contrapartida, dois autores de raiz marxista, Natalie Davis e E. P. Thompson, inovando e opondo-se à visão tradicional, ressaltam a impossibilidade de se entender o que é classe, a não ser a partir da percepção de sua formação social e cultural. Os autores enfatizam o papel decisivo da cultura como forma motivadora da transformação histórica.¹⁴

Tais reflexões trazem à tona a necessidade de analisar as diferenças e desigualdades culturais presentes nas sociedades hierarquizadas, apontando para uma dimensão essencialmente política das culturas e, ainda mais, das culturas populares em contextos urbanos. Ainda que minoritários frente às análises que pensam as culturas sob uma perspectiva dicotomizada, estudos sobre as culturas populares já a algum tempo vêm questionando as abordagens “clássicas” sobre o tema, partindo da observação e análise das práticas populares nos contextos urbanos, sem se deter unicamente no empírico, mas procurando articulá-lo na produção de interpretações sobre tais realidades e suas transformações recentes.

Arantes, autor que atribui à cultura popular o conceito de saber, como também a função de resistência a dominação de classes, ao abordar as culturas populares pelo viés de sua produção social, compreendida como processo dinâmico e permeada continuamente por transformações, traz à tona o problema das relações entre as culturas e, mais especificamente, das diferenças de condições materiais de existência no interior de uma mesma sociedade, bem como de acesso aos meios e recursos necessários à expressão cultural¹⁵. Enfatiza, enfim, a diversidade de padrões culturais e a desigualdade nas trocas que constituem as culturas no mundo contemporâneo, bem como os conflitos interculturais decorrentes dessas diferenças e desigualdades.

Chartier propõe uma abordagem da cultura popular que dê mais atenção às relações que se estabelecem entre as culturas, postulando que, para além das exclusões e das clivagens, existem “disputas”, “negociações” e “intercâmbios” que devem ser considerados e que a força com que os modelos culturais impõem sentido não anula o espaço próprio de sua “recepção”. Assim afirma:

É preciso, ao contrário, postular que existe um espaço entre a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido produzido, um espaço onde podem insinuar-se reformulações e deturpações. Nem a cultura de massa do nosso tempo, nem a cultura imposta pelos antigos poderes foram capazes de reduzir às identidades singulares ou às práticas enraizadas que lhes resistiam. O que mudou, evidentemente, foi à maneira pela qual essas identidades puderam se enunciar e se afirmar, fazendo uso inclusive dos próprios meios destinados a aniquilá-las.¹⁶

O autor ao focar os contextos urbanos, considera fundamental, como

14 DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn (org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 63-66.

15 ARANTES, Antônio. **O que é cultura popular?**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 42.

16 CHARTIER, Roger. *Cultura Popular ...*, Op. cit., pp.181-182.

Arantes, compreender as “transformações” que atravessam as culturas populares. Como contraponto às abordagens mais estáticas e homogeneizantes acerca das culturas populares, Chartier propõe que ao se centre na “recepção”, nos “usos” e “apropriações” que os grupos e indivíduos fazem de certos objetos, elementos, ou modelos culturais.

Sob essa perspectiva, o “popular” não seria algo identificável a partir da distribuição desses objetos, ou em conjuntos de elementos a coletar e descrever, mas, sim, “*no modo de utilizar estes elementos, objetos ou normas que circulam na sociedade, mas que são recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras*”¹⁷.

Para o autor, analisar as culturas populares a partir da ideia de “apropriação” não significa um retorno à perspectiva do relativismo cultural, a interpretações que considerem a pluralidade de práticas culturais como algo neutro, de forma a ignorar as diferenças e desigualdades: ao contrário, tais práticas devem ser compreendidas como sendo “*objeto de lutas sociais onde estão em jogo suas classificações, suas hierarquizações, sua consagração (ou, ao contrário, sua desqualificação)*”.¹⁸

A distinção entre “estratégias” e “táticas”, estabelecida por Certeau¹⁹, é apontada por Chartier como uma chave para se pensar essa tensão inerente às práticas culturais. Assim, como o próprio autor indica e a leitura de seu texto não corrobora, sua abordagem aproxima-se muito da desenvolvida por Certeau em seus estudos sobre as práticas cotidianas.

Para além do estudo das representações e comportamentos sociais, ou dos sistemas e disciplinas, a reflexão de Certeau volta-se justamente para os “usos” que deles são feitos, mais precisamente “*as operações dos usuários, supostamente entregues à passividade e à disciplina*”²⁰. O autor abordará esses “usos” como produção, fabricação, “*maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante*”²¹.

Partindo do pressuposto de que essa fabricação é uma “criação” que se dá disseminada nas malhas de uma ordem, às escondidas, simultaneamente astuciosa e silenciosa, dispersa e ubíqua e, acima de tudo, quase-invisível, “*são tanto menos visíveis quanto as redes do enquadramento se fazem mais apertadas, ágeis e totalitárias*”²², ele irá procurá-la nas relações, nas manipulações, nas operações, nos detalhes presentes nas “*maneiras de fazer*”.

É a partir dessa relação de dispersão, silêncio, invisibilidade das práticas cotidianas (usos) dos “sem poder” com a ordem e com os poderes dominantes,

17 Ibid., p. 184

18 Ibid., p. 185

19 CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, passim.

20 Ibid., p. 37.

21 Ibid., p. 39.

22 Id.

que Certeau irá falar em “*estratégias*” e “*táticas*”: a “*estratégia*” organiza-se pelo postulado de um poder, de um “*lugar próprio*”, associa-se à razão, à ordem e a seus respectivos discursos totalizantes; já à “*tática*”, caracterizada pelas ausências de poder e de lugar, bem como pela mobilidade decorrente de tais ausências, não lhe é possível ser global ou total.

Ao afirmar que a síntese intelectual da “*tática*” tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ocasião, Certeau nos prepara para a proposição que norteará toda a sua análise acerca das práticas cotidianas: que elas seriam, em grande parte “*tática*”, por estruturarem-se sobre outras lógicas que não aquelas articuladas sobre a razão, e introduzirem deslocamentos sobre a ordem imposta.

Nesse sentido, *táticas* e *estratégias*, práticas cotidianas e imposições da ordem dominante, culturas populares e culturas hegemônicas não são dissociadas; não dá para compreendê-las separada ou isoladamente

As formas populares das práticas nunca se desenvolvem num universo separado e específico; sua diferença é sempre constituída através das mediações e das dependências que as unem aos modelos e às normas dominantes. [...] o objeto fundamental de uma história ou de uma sociologia cultural compreendida como uma história da construção da significação reside na tensão que articula as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades com os constrangimentos, as normas e convenções que limitam – mais ou menos poderosamente segundo sua posição nas relações de dominação – o que lhes é lícito pensar, enunciar, fazer.²³

Arantes avança na reflexão sobre os limites dessa imposição de uma homogeneidade ilusória e defende, aproximando-se da concepção de Certeau sobre as *táticas*, a persistência e a reprodução contínua das diferenças que realmente existem nas sociedades hierarquizadas, pautando sua abordagem pela perspectiva da existência de diferentes formas de “*recepção*”, “*apropriação*”, “*reinterpretação*”, “*recriação*”.

Tais formas diferenciadas se disseminam sob uma aparente homogeneidade, revelando divergências existentes entre sistemas simbólicos diversos.

Se a sociedade de classes, inerentemente diferenciada, produz mecanismos “homogeneizadores” que permitem criar para si mesma uma ‘ilusão’ de unidade (que é a condição de sua permanência), ela possui, em suas raízes, uma heterogeneidade real que é resistente a esses mecanismos.²⁴

Nessa perspectiva Arantes nos convida, aproximando-se ainda mais da abordagem de Certeau, a pensar sobre as culturas populares, a partir dos feitos dados a nossa observação atentando para o fazer a elas inerente. Por meio desse fazer, a elas inerente é que se torna possível compreender os constrangimentos, as

23 CHARTIER, Roger. *Cultura Popular ...*, Op. cit., pp.189-190

24 ARANTES, Antônio. Op. cit., p. 45.

distinções, as negociações, as interpenetrações, as disputas, as invenções.

As relações presentes nos processos de produção das culturas, necessariamente dinâmicos e múltiplos, tal qual Arantes explica,

[...] nosso trabalho propõe que se projete o foco de atenção sobre o que as culturas efetivamente são, ou melhor, sobre como elas são produzidas, sobre os processos através dos quais elas se constituem e o que elas expressam, e não sobre o que elas foram, seriam ou deverão ser. [...] acredito ser nossa tarefa conhecer os processos através dos quais a sociedade, por assim dizer, deglute, digere, transforma essa “unidade ilusória”, repondo o múltiplo, o diverso, o específico, que constitui o núcleo de tensão de sua existência real.²⁵

Chartier ressalta que são questionáveis as delimitações entre o que seria “popular” e “erudito”. Admite que se constitui em uma questão complexa, já que não seria possível identificar, nos objetos e nas práticas sociais, um nível cultural ou intelectual que deva ser considerado definitivamente “popular”.²⁶

Chartier defende que, devemos ter a preocupação em identificar o processo de imbricamento de formas culturais diversas, já que elas não são herméticas em si mesmas. Precisa classificar os cruzamentos das diversas manifestações culturais, entre as quais estariam as formas eruditas e populares.

Não devem ser entendidos como relações de exterioridade entre dois conjuntos estabelecidos de antemão e sobrepostos (um letrado, o outro popular), mas como produtores de “ligas” culturais cujos elementos se encontram tão solidamente incorporados uns nos outros como nas ligas metálicas.²⁷

Assim, identificar rigidamente elementos de uma cultura popular, distintos de uma cultura erudita, não seria tarefa fácil ou mesmo desejável, já que seus elementos estão ligados entre si.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antônio. **O que é cultura popular?**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BAKHTIN, Mikail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Cultura na rua**. Campinas: Papirus, 1989.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CANCLINI, Nestor Garcia. **As Culturas Populares no Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983,

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2000.

25 Ibid., pp. 57- 58.

26 CHARTIER, Roger. **A História Cultural [...]**, Op. cit., pp. 56-57

27 Ibid., p. 56.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. São Paulo: Papyrus, 1995.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **Cultura Popular: revisando um conceito historiográfico**. Revista Estudos Históricos, v. 8, n. 16, pp. 179-192, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

DURKHEIM, Emile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989.

ORTIZ, Renato. **Cultura popular: românticos e folcloristas**. São Paulo: Olho d'Água, 1992.

ENTRE HETEROTOPIA E UTOPIA: O REGIME DE ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS EM *HAUTE SURVEILLANCE*, DE JEAN GENET

Data de aceite: 20/04/2020

Nilda Aparecida Barbosa

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Estadual de Maringá. (Maringá – Paraná)

Roselene de Fátima Coito

Professora/orientadora do Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Estadual de Maringá. (Maringá – Paraná)

RESUMO: O filósofo francês, Michel Foucault, produziu um percurso teórico que aborda, entre outras coisas, as relações de poder na sociedade. No entanto, este poder se dá em rede. Dito de outra forma, há uma relação de forças não só entre dominantes e dominados, como também entre dominantes e dominados e dominados e dominados, chamados, então, de micropoderes. Neste sentido, deter-nos-emos na questão do espaço onde esta relação de forças, e conseqüentemente de poder, se dá e, para isso, analisaremos o texto *Haute surveillance* (1949), de Jean Genet, cujo enredo traz a história de três prisioneiros que disputam numa mesma cela uma posição de poder. Diante disso, o objetivo deste texto é refletir sobre como se constituem estas subjetividades ao se posicionarem nesta relação de poder no espaço fechado da cela, utilizando os conceitos de heterotopia e utopia

os quais Foucault (1993) apresenta por meio de seis princípios que regem a organização dos espaços sociais. Então, focalizando a questão do espaço em *Haute surveillance*, neste texto, buscamos entender, em alguns princípios que regem o espaço da cela, tendo em vista que esses lugares estão em estreita relação com os sujeitos que o ocupam, revelando uma rede de poder que os sustentam oficialmente por meio da instituição e por meio das regras criadas pelos próprios detentos.

PALAVRAS-CHAVE: utopia/heterotopia; dispositivo prisional; Jean Genet

BETWEEN HETEROTOPY AND UTOPIA: THE REGIME ORGANISATION OF SPACE IN *HAUTE SURVEILLANCE*, BY JEAN GENET

ABSTRACT: The french philosopher, Michel Foucault, produced a theoretical path that talks about, among other things, power relations in society. However, this power occurs in a network. In other words, there is a relation of forces not only between dominant and dominated, but also between dominant and dominant and dominated and dominated, then called micropowers. In this sense, we will dwell on the question of the space where this relation of forces, and consequently of power, takes place and, for that, we will analyze the text *Haute Surveillance* (1949), by Jean Genet, whose plot brings the story of

three prisoners vying for a position of power in the same cell. Given this, the objective of this text is to reflect on how these subjectivities are constituted when positioning themselves in this power relation in the closed space of the cell, using the concepts of heterotopy and utopia which Foucault (1993) presents through six principles that govern the organization of social spaces. So, focusing on the question of space in *Haute Surveillance*, in this text, we seek to understand, in some principles that rules the space of the cell, considering that these places are in close relation with the subjects that occupy it, revealing a network of power that officially support them through the institution and through the rules created by the detainees themselves.

KEYWORDS: utopia/heterotopy; prison device; Jean Genet

1 | INTRODUÇÃO

Haute surveillance (1988), de Jean Genet, é uma peça de teatro que “narra” a história de três detentos dentro de uma prisão, revelando as relações de poder que se desenvolvem no microcosmo da cela. Este pequeno espaço é o lugar das tensões, do desejo de poder e do entrecruzamento de outros espaços. O enredo gira em torno dos personagens Yeux-Verts, Boule de Neige, Lefranc e Maurice; os primeiros mostrando pelos sinais de força e violência o porquê são considerados líderes dentro daquele microcosmo e os outros dois tentando encontrar uma posição junto aos líderes como forma de proteção naquele ambiente.

Assim, tomando a prisão como um dos dispositivos¹ apresentado por Foucault, dentro do qual o poder se exerce, apresentamos também o conceito de heterotopia para compreender como um lugar tão pequeno congrega tanta tensão e disputa de poder partindo da posição que cada sujeito ocupa nesse espaço e, que ao ocupá-lo, este sujeito vai constituindo a sua subjetividade.

Dentro da cela o poder é exercido por Yeux-Verts, mas dentro da prisão há uma hierarquia que deve ser obedecida e, nesse caso, o poder vem de fora na figura de outro prisioneiro, Boule-de-Neige cujo domínio se estende a todo o complexo prisional no olhar de Yeux-Verts e de seus companheiros. Para sobreviver nesse ambiente hostil há que cumprir determinados requisitos sem os quais não se permanece muito tempo ali. Nesse sentido, compreendemos quando Foucault (2001) afirma que certos lugares têm seu modo de organização, seus ritos de passagem e permanência.

Um texto destinado ao palco, como é o caso de *Haute surveillance*, é constituído por personagens circunscritos a um espaço como fator de produção de sentido. Tendo como foco essa circunscrição espacial, nosso intuito é analisar a peça de Genet partindo dos conceitos de dispositivo da prisão e do conceito de heterotopia,

¹ De acordo com Revel, o termo-conceito dispositivo, por definição são de natureza heterogênea: trata-se tanto de discursos quanto de práticas, de instituições quanto de táticas moventes: é assim que Foucault chega a falar, segundo o caso, de “dispositivo de poder”, de “dispositivo de saber”, de “dispositivos disciplinares”, de “dispositivos de sexualidade” etc. (2005, p.39)

observando como vão se constituindo estas subjetividades que se constroem a partir do olhar de si e do outro, inseridos e limitados em/por um espaço, revelando a rede de poder em que cada um se movimenta e se subjetiva. Desse modo, vamos utilizar textos de Michel Foucault que abordam o tema do espaço, da prisão, do poder em alguns excertos da peça *Haute surveillance*, de Jean Genet (1988), procurando observar esta relação de poder de cada personagem nesse pequeno espaço da cela, pois os três detentos buscam subjetivar-se numa posição de poder que os sustente ali na tentativa da sobrevivência neste lugar.

Antes de adentrar no tema da pesquisa, vamos percorrer alguns textos nos quais Foucault discute sobre a prisão e as formas de organização dos espaços. Em seguida, tomaremos seus apontamentos sobre a prisão e o conceito de heterotopia para o entendimento da “organização social” deste/neste microcosmo que é a cela.

2 | DO DISPOSITIVO PRISIONAL E A PRISÃO COMO ESPAÇO DE SEPARAÇÃO

O texto “A vida dos homens infames” (1977), é interessante para se observar como os sujeitos eram separados da sociedade por causa de seus delitos. Esse estudo realizado por Foucault descortina as relações de poder a partir das “*lettres de cachet*”, petições dirigidas ao rei, pedindo a prisão para alguns sujeitos que representavam, de algum modo, um perigo para aquela sociedade. Essas vidas insignificantes que Foucault analisa são ligadas em seus problemas pela questão do poder que regulamenta sua vivência. Segundo o filósofo, se não fosse esse olho do poder, esses seres passariam pela existência sem deixar rastros. Como ele afirma:

O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar [...],(FOUCAULT, 1977, p.4.).

Estudando os mecanismos que regiam essa sociedade, ou seja, as formas pelas quais os sujeitos eram levados a produzir essas petições, como elas chegavam até o rei, Foucault conclui que somente pelo dispositivo da confissão pode se compreender essas relações entre o sujeito que pede e o rei que deve julgar se tal pedido era procedente ou não.

Outro aspecto ligado a esse período, refere-se ao poder exercido pela igreja que conhecia o cotidiano dos fiéis pela confissão, exercendo assim seu poder sobre todas as vidas. Na confissão tudo era dito, mesmo os fatos banais, e depois apagado pelo ato da penitência. Mas no final do século XVII, esse mecanismo se encontrou enquadrado e ultrapassado por outro cujo funcionamento era muito diferente – o agenciamento administrativo e não mais religioso; mecanismo de registro e não mais

de perdão. O objetivo, no entanto, era o mesmo, passar o cotidiano para o discurso. Assim, os mecanismos da confissão saem do religioso e passam ao administrativo no qual tudo passa a ser escrito, constituindo dossiês e arquivos. A voz que antes era apagada pela penitência agora é substituída por vozes múltiplas que se depositam em uma enorme massa documental e constituem assim, a memória crescente de todos os males do mundo, estabelecendo novas relações entre os sujeitos e o poder.

Analisando os infortúnios dos sujeitos dessa época já distante, Foucault observa como se operam as relações de poder entre as pessoas e aqueles que detêm o poder e como esses mecanismos de punições vão se modificando, se aperfeiçoando. Por isso, ele afirma:

Com o dispositivo de petições, das *lettres de cachet* com ordens de prisões, de internamento, da polícia, nascerá uma infinidade de discursos que atravessa o cotidiano em todos os sentidos e, se encarrega, mas de um modo diferente da confissão. As pequenas histórias de sofrimentos saem da confissão, de um certo anonimato e ao poucos podem e devem ser descritas, sobre eles caem o olhar branco do poder, (FOUCAULT, 1977, p.10).

O dispositivo da confissão, para Foucault, foi se modificando ao longo da história. Ele pode ser visto na psiquiatria, no consultório médico, mas também em outros meios que lhe permitem vir a público como em revistas e na internet quando o sujeito é levado a confessar-se por outros motivos diferentes daqueles dos primeiros tempos da religião. Na contemporaneidade, o poder ainda se exerce com outros mecanismos. Assim, para Foucault, o homem é um sujeito confessional. Nesse aspecto os personagens da peça *Haute surveillance* se dão a conhecer por esse falar ao outro, muito embora, sejam bastante diferentes as motivações que os levam a falar de si mesmos. Quando esse sujeito se confessa ao outro é que nos permite ver também as garras do poder e, nesse sentido, funcionando o dispositivo da prisão, ou seja, são relações de poder que se entrecruzam ao mostrar a vida desses homens infames cujas vidas estão prestes a se apagar².

No capítulo VIII, “sobre as prisões”, em *Microfísica do poder*, Foucault analisa esse tema complexo refletindo sobre seu surgimento e seu exercício pelo poder oficial em diferentes épocas e sociedades. Observa que, se em um período é preciso segregar essas populações nas prisões como forma de proteger a sociedade, por outro lado há também sua utilização para movimentar a economia e a política. A esse respeito, ele comenta que Napoleão III tomou o poder graças a um grupo constituído, ao menos em seu nível mais baixo, por grupos de delinquentes de direito comum. Por isso, procura refletir sobre a prisão em todos os aspectos e não apenas do ponto de vista da instituição. Desse modo, nesse capítulo, ressalta:

2 Não é nosso intento analisar a peça pelo prisma da confissão neste artigo, mas notamos que esse dispositivo também está presente na construção do texto de Jean Genet, pois um dos meios de expressão do teatro é a fala e é o falar de si e dos outros que deixa entrever o dispositivo da prisão.

Não haveria sentido em nos limitarmos aos discursos formulados sobre a prisão. Há igualmente aqueles que vêm da prisão: as decisões, os regulamentos que são elementos constituintes da prisão, o funcionamento mesmo da prisão que possui suas estratégias, seus discursos não formulados, suas astúcias que finalmente não são de ninguém, mas que são, no entanto, vividas, assegurando o funcionamento e a permanência da instituição, (FOUCAULT, 1993, p.130).

Ao falar dos propósitos das prisões, da relação vigiar e punir, do objetivo de transformar o indivíduo, Foucault (1993, p.132) comenta: “Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade”. Para Foucault houve, como sempre nos mecanismos do poder, uma utilização estratégica daquilo que era inconveniente. A prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis tanto no domínio econômico como no político.

Mais adiante, em seu texto, o filósofo observa como os mecanismos de poder vão se articulando em torno dessa questão e se modificando, atendendo às necessidades políticas e econômicas, ou seja, a delinquência menor passa a ser tolerada em certos aspectos, porque calcula-se o prejuízo que provoca em termos econômicos e, observa-se que o custo em manter o delinquente na prisão é maior que o prejuízo pelo roubo praticado. Foucault (1993, p.135) menciona a existência de: “uma linha de separação entre infração tolerável, e tolerada, e delinquência infamante, ou se está diante de uma simples distensão do sistema que, dando-se conta de sua solidez, pode aceitar dentro de seus limites algo que enfim não o compromete”.

Foucault localiza o surgimento de laços entre o poder oficial e os delinquentes nos anos de 1840 quando o sistema percebe que a prisão cria delinquentes e não os transforma em pessoas honestas. A partir da percepção dessa falha no sistema começa essa relação que vai apenas modificando seus modos de atuação ao longo dos séculos. É o surgimento dessas relações que também fará aparecer os heróis da literatura ligados ao crime. Assim, ele evidencia:

O fenômeno do interesse estético, literário, que se começa atribuir ao crime, a heroificação estética do crime. [...] Por volta de 1840 surge o herói criminoso, herói porque criminoso, que não é nem aristocrata, nem popular. A burguesia se dá agora seus próprios heróis criminosos. É nesse momento que se constitui o corte entre os criminosos e as classes populares: o criminoso não deve ser um herói popular (como era no século XVIII), mas um inimigo da classe dos pobres, (FOUCAULT, 1993, p.136-137).

Para Foucault, o discurso da criminologia é totalmente utilitário porque como o sistema prisional não transforma o homem para melhor; é preciso, então, da ajuda do discurso médico para justificar as medidas punitivas que, no fundo, não visam essa transformação do homem como se pensava com o sistema prisional do século

XVIII. Assim, em seus estudos sobre os homens infames do século XVII já observa como a soberania política se dá no nível mais elementar do corpo social; de súdito a súdito; nas relações de vizinhança, de rivalidades, toda uma cadeia política vem entrecruzar com a trama do cotidiano.

3 | HETEROTOPIAS E ESPAÇOS DE CONFINAMENTO ENTRE RELAÇÕES DE PODER

Em *As palavras e as coisas* (2000), Foucault menciona como surgiu o conceito de heterotopia ao ler um texto do escritor argentino Jorge Luis Borges; em 1966, no artigo “La pensée du dehors” (O pensamento do fora), volta a mencionar o tema do espaço e, no artigo de 1967, “Des espaces autres”, (Outros espaços) escrito na Tunísia e publicado em 1984, o filósofo retém seu olhar mais uma vez sobre esse conceito. Contudo, para este momento, tomamos com referência o artigo “Outros Espaços” (1984).

Neste texto, o filósofo apresenta a relação do sujeito com o espaço desde a Idade Média, ao afirmar que nesse período os espaços eram organizados na forma de oposição, ou seja, lugares sagrados e lugares profanos, lugares protegidos e não-protegidos, lugares urbanos e lugares rurais. Nestes lugares, segundo o filósofo, as pessoas sabiam exatamente qual posição ocupava nesse lugar. Todavia, a descoberta de Galileu de que a Terra era redonda, ampliou essa noção de espaço em sua extensão, deslocando o sujeito para um espaço mais amplo, infinito em certa medida, e para o qual ele não estava habituado.

Segundo Foucault, atualmente, não se trata do problema da extensão enfrentado pelo sujeito da Idade Média; trata-se do posicionamento – definido pelas relações de vizinhança entre pontos ou elementos. Em todas as formas de organização social, o sujeito é confrontado com a localização, por isso, Foucault afirma que em nossa época o espaço se oferece sob a forma de relações de posicionamento. E, em relação a esse posicionamento que o sujeito ocupa no espaço moderno, para o estudioso ainda persiste a sacralização de alguns lugares como o espaço público e o espaço privado, o espaço da família e o espaço social. Mas, esses espaços não são isolados, pois entrecruzam-se em dado momento, o que leva o filósofo a compreendê-los enquanto conjunto heterogêneo, ou seja, a sociedade estabelece diferentes lugares onde compartimenta os sujeitos e coisas, mas mesmo divididos eles mantêm uma relação com o todo. Afirma Foucault:

O espaço no qual vivemos, que nos conduz para fora de nós mesmo, no qual nosso tempo e nossa história acontecem, o espaço que agarra e nos ataca, é também em si mesmo um espaço heterogêneo. Em outras palavras, nós não vivemos numa espécie de vazio dentro do qual poderíamos colocar os indivíduos e coisas. (FOUCAULT, 2001, p. 414)

A partir de tais discussões Foucault salienta que esses espaços são de dois tipos principais: as utopias e as heterotopias. Utopias são lugares sem uma localização real. São lugares que têm uma relação geral de analogia direta ou invertida com o espaço real da sociedade. Em todo caso, são espaços irrealis, mas que existem. Heterotopia parte da constatação que em todas as culturas há lugares reais, lugares efetivos, lugares que são desenhados na constituição da sociedade e que são algo como utopias efetivamente realizadas nas quais os lugares reais são simultaneamente representados, contestados e invertidos.

Para descrever as heterotopias, ou seja, para mostrar a relação desses lugares na sociedade, Foucault enumera seis princípios que são os modos de organização desses lugares. São eles: heterotopia de crise ou de desvio, de função, de justaposição, de tempo, de abertura e fechamento e, por fim, de ilusão e compensação. No âmbito desse artigo, nos limitaremos apenas a três desses princípios para discutir a peça de Jean Genet, por serem elas mais proeminentes e pertinentes ao recorte do *corpus* aqui tratado.

Partindo das sociedades primitivas, o estudioso observa como eram esses espaços nos quais a sociedade se movia e se separava, tendo em vista as regras de cada sociedade, como por exemplo, em algumas sociedades tidas como primitivas em que há, ainda, a separação do adolescente quando o mesmo atinge a puberdade, o qual precisa passar por rituais afim de entrar para o mundo adulto. Esta separação espacial, o filósofo denomina de heterotopia de crise.

Tais modos de organização foram desaparecendo ou dando lugar a outras formas, mas ainda permanecem alguns resquícios na sociedade moderna. Na sociedade moderna, embora ainda haja sociedades que mantenham regras próprias, como as indígenas, por exemplo, há separações motivadas por outros fatores, que estão diretamente ligadas às normas sociais de convívio. Para aqueles cujo comportamento é de desvio (transgressivo), a sociedade criou a prisão. Foucault denomina de heterotopia do desvio esse espaço reservado àqueles que não podem participar do convívio comum, assim temos: as casas de repouso, as clínicas psiquiátricas, as prisões. Todavia, alguns desses sujeitos podem estar no limiar dos dois grupos, de crise ou de desvio.

Para Foucault, o sujeito moderno estabelece suas relações a partir de um posicionamento que ocupa no espaço. Desse modo, o conceito de heterotopia e utopia nos permitirá refletir sobre as relações de poder estabelecidas entre os prisioneiros, da peça de Genet, a partir do microcosmo da cela. O princípio de desvio é o primeiro a ser abordado, pois é aquele que separa os sujeitos que não podem mais viver em sociedade.

Outro tipo de distribuição do espaço, postulado pelo filósofo como quinto

princípio, é aquele que funciona num sistema de abertura e fechamento. São lugares em que se deve haver permissão de entrada e de saída, tornando-se isolados, mas ao mesmo tempo penetráveis. Nessa heterotopia de abertura e fechamento encontram-se as prisões, os lugares religiosos cuja função é a purificação do sujeito, as casernas, etc.

Já o sexto princípio descrito por Foucault aborda as heterotopias cuja função é criar uma ilusão ou uma compensação em relação ao real, funcionando em polos extremos como, por exemplo, os bordéis, alguns locais de veraneio e as colônias. No caso dos bordéis, de acordo com o filósofo, (1993, 420-421), cria-se, “um espaço de ilusão que denuncia como mais ilusório ainda qualquer espaço real, todos em posicionamentos no interior dos quais a vida humana é compartimentalizada”. O sujeito toma esses espaços idealizados por um período curto como forma de renovação de suas forças e depois volta integrar o antigo espaço a que pertencia. Caso quisesse permanecer muito tempo, esse espaço deixaria de cumprir sua função, por isso uma de suas regras é de que a sua utilização seja por tempo determinado.

Então, diante do posto até o momento, passamos a apresentação breve do que venha a ser uma peça de teatro, para posteriormente fazermos nossas análises.

4 | HAUTE SURVEILLANCE: DO TEXTO DRAMÁTÚRGICO E DE JEAN GENET

Considerando que o texto em estudo é uma peça de teatro apresentaremos sucintamente os elementos que o constituem. Em geral, a peça de teatro é constituída de diálogos, de indicações cênicas (estrutura que nomeia quem está com a palavra, em que momento intervir, quais sentimentos expressar pelo corpo e palavras), de monólogos, de relatos de personagens organizados num espaço e num tempo. Segundo Marie-Claude Hubert (2003), no sistema dramático não há discurso comentado e descrição, aspectos próprios da narrativa que comportam múltiplos pontos de vista de acordo com as escolhas do narrador. No teatro há uma dupla mediatização do discurso; quando o autor se exprime por meio dos personagens e do ator.

No que concerne ao teatro francês, especificamente, do início do século vinte e, principalmente, nos anos cinquenta, observamos um alinhamento com as grandes transformações que aconteciam em toda a Europa. É nessa época que ocorre o abandono de regras como unidade de ação e de tempo, resquícios do período clássico, segundo Hubert (2003), Ryngaert (1998) e Roubine (2003). A França se abre às influências estrangeiras e estas se fazem presentes em muitos textos dos dramaturgos desse período e as alterações mais visíveis apontam para nova forma de composição que não se fixa somente na estrutura de atos e cenas, mas também em quadros e jornadas; os personagens são apresentados por meio de muitos

pontos de vista utilizando tanto a palavra quanto o corpo como meio de expressão, além da incorporação de outras linguagens como, por exemplo, narrativas, excertos de filmes, etc.

Jean Genet (1910-1986) participa desse momento cultural efervescente propondo temas bastante polêmicos para a época. *Haute Surveillance* é uma peça de teatro escrita em 1949, e representada pela primeira vez no teatro des Mathurins, no mesmo ano, por Jean Marchat. É uma peça em um único ato e em seu enredo temos a história de três prisioneiros colocados em uma mesma cela: Yeux-Verts, Lefranc e Maurice. Yeux-Verts matou uma mulher e aguarda julgamento e os outros dois estão presos por crimes menores, como roubo e, Lefranc está prestes a deixar a prisão. Maurice admira profundamente Yeux-Verts e coloca-se ao seu lado; Lefranc também o admira, mas não admite esse sentimento com clareza. Como Maurice é muito próximo de Yeux-Verts, Lefranc sente ciúmes e, a disputa entre os dois para ver qual é o preferido de Yeux, leva Lefranc a assassinar Maurice igualando-se a Yeux-Verts como assassino e cuja pena será a mesma.

O enredo transcorre num clima de conversação monótona e, às vezes tenso, no qual os prisioneiros vão se desvelando ao falarem de si, de seus dramas pessoais, procurando construir uma imagem de si que agrada mais ao companheiro que domina o ambiente e também com o intuito de consolidar uma posição naquele espaço. Por isso, percebe-se momentos de tensão quando se acirram as disputas por posições e o momento mais tenso é no fim quando há o assassinato de Maurice pelo colega Lefranc. A peça termina com a chegada dos vigilantes.

É esse conflito transformado num jogo de poder entre os dois prisioneiros, Lefranc e Maurice e, alimentado por Yeux-Verts, que vamos analisar sob a perspectiva do conceito de dispositivo da prisão e do conceito de heterotopia.

5 | ENTRE HETEROTOPIAS E UTOPIAS: A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM HAUTE SURVEILLANCE

5.1 Heterotopia do desvio e utopia

A peça *Haute surveillance* tem como enredo a relação de três prisioneiros de uma mesma cela: Yeux-Verts, Lefranc e Maurice, como já fora dito. Quem tem domínio sobre os dois últimos é Yeux-Verts, mas quem tem o comando da prisão é outro condenado, Boule de Neige. Este se torna o assunto da conversa logo no início do texto, porque Lefranc tenta desqualificar Yeux-Verts em razão da superioridade do outro. Disto isso, passamos agora a relacionar os conceitos de Foucault sobre os modos de organização dos espaços com a obra de Genet, buscando compreender os sentidos que decorrem a partir das posições de poder que os prisioneiros ocupam nesse ambiente. Primeiramente, retomamos o pensamento do filósofo a esse

respeito.

Foucault (2001) afirma que todas as sociedades têm suas heterotopias, ou seja, sua organização dos espaços. Nesse sentido, a prisão é um espaço heterotópico criado para colocar os sujeitos que desviam da norma. Quando explica os princípios de organização dos espaços, o filósofo coloca a prisão dentro do primeiro princípio, sendo uma de suas características modernas, pois desde as sociedades primitivas há espaços para colocar aqueles que transgridem as normas. Nesse sentido, os personagens de Jean Genet são a escória da sociedade. Os três personagens estão na prisão porque cometeram algum crime. Dentre os três, Yeux-Verts é o mais temido por ter assassinado uma jovem e os outros dois foram presos pela prática de roubos. Todavia, as histórias de suas aventuras criminais não entram na pauta das conversas, mas o que fizeram e o lugar no qual se encontram pelo que fizeram, os constitui como sujeitos. Desse modo, ser um tipo de criminoso agressivo ou não, define o espaço que se ocupa na cela e no sistema prisional.

A posição de Yeux-Verts dentro da cela é definida por seu comportamento violento, como podemos ver: “Preciso ter rins sólidos, eu, de um soco só eu vos acalmo, deixo vocês sobre o cimento”, (Genet, 1988, p. 16). Mas isso se dá porque sua posição, sua verdade, a de ser um sujeito forte com autoridade, está sendo posta à prova por outro detento, Lefranc. A posição que Yeux-Verts ocupa precisa ser legitimada dentro e fora do cárcere e a legitimação vem por meio de outro prisioneiro, Boule de Neige, cuja posição se destaca no complexo prisional, como podemos ver pelo excerto:

Lefranc: É um selvagem, um negro, mas que solta faíscas, Olhos-Verdes.

[...]Yeux-Verts?Boule de Neige, ele te esmaga. (p.16)

Mas Boule de Neige é um cara que ronca e você não existe mais. Ele faz sombra. Ninguém pode destruí-lo. Nenhum detento pode apagá-lo. É um durão e que vem de longe.

[...]Boule de Neige? Ele é exótico. Todos de sua cela o reconhecem. Aqueles das celas do lado e de toda a fortaleza, e de todas as prisões na França. Ele brilha, ele irradia. Ele é negro e ele ilumina as duas mil celas. Ninguém pode abatê-lo. Ele é o verdadeiro chefe da fortaleza e todos de seu bando são mais terríveis que ele... (*Ele designa Yeux-Verts.*) É suficiente vê-lo andar.

Maurice: [...]Boule de Neige, é um cara bem forte. Se tu quiseres, seria Yeux-Verts passado tinta.

Lefranc:Yeux-Verts não resiste a isso!

Yeux-Verts, (*parando e o olhar calmo para Lefranc*):Jules, basta. Eu não procuro me fazer passar por um rei. Na fortaleza não há mais monarca e Boule de Neige é somente mais um. Não creia que ele me impõe isso. Seus crimes são, talvez, vento. (GENET, 1988, p. 16-20. Trad. livre)

A imagem de Boule de Neige objetivada por Lefranc se dá por meio do uso de muitos qualificativos de força e autoridade, colocando-o no topo de uma cadeia, a dos criminosos mais respeitados. Seu objetivo é reduzir Yeux-Verts a uma posição

ínfima de chefe; basta uma palavra do grande chefe e ele seria esmagado. Ou, ainda, se quisesse ter poder não resistira ao peso do cargo, como deixa entender nessa resposta dada a Maurice de que “Yeux-Verts, não resiste a isso!”, (GENET, 1998, p.18).

Essa verdade que ele passa de Boule de Neige também pode ser corroborada pelo vigilante que, durante a vistoria, aproveita para entregar os presentes enviados pelo grande chefe. Para que o vigilante faça isso, Boule de Neige deve exercer alguma autoridade/poder naquele espaço:

O vigilante: [...] (*ele procura em seu bolso do qual tira cigarros que dá a Yeux-Verts. À Yeux-Verts:*). É teu companheiro. É Boule de Neige que te envia os cigarros. [...] O Negro me encarregou ainda de te dizer que tu não deves fazer isso. Aquele lá é um verdadeiro companheiro pra você, (GENET, 1998, p. 77-88).

Nesses excertos vemos o movimento dos personagens em confinamento lutando por manter ou ascender a posições nesse lugar. Daí entendemos quando Foucault (1993) afirma que há que se compreender também esses mecanismos internos da instituição, pois se o poder se exerce pelos mecanismos oficiais que regem aquele lugar há também mecanismos internos próprios desses espaços como as lutas entre os prisioneiros que estabelecem suas regras de convívio. Quem as ignora não sobrevive muito tempo.

Assim, nos exemplos citados temos as disputas por uma posição no espaço da cela, mas também no espaço da prisão como um todo. Os prisioneiros precisam saber lidar com essas questões que o poder oficial aceita em certa medida. É a linha tênue em que o poder se movimenta. Em relação ao chefão, no jogo de verdades que se instaura, Yeux-Verts reconhece as qualidades do amigo e até aonde vai o exagero cujo fim é minar sua posição de autoridade; por isso afirma a Lefranc que Boule de Neige é o soberano daquela prisão, mas muita coisa sobre ele é inventada: “[...] Não creia que ele me impõe isso. Seus crimes são, talvez, vento” (GENET, 1988, p.20). O que coloca Yeux-Verts como homem temido é o fato de haver cometido um assassinato assim como Boule de Neige. A verdade é questionada em seus efeitos, ou seja, Yeux-Verts sabe que nem tudo o que é dito é verdade e também sabe o efeito pretendido pelo companheiro, conquistar uma posição naquele domínio.

Jean Genet ao colocar em cena o espaço da prisão nos convida a olhar para o mundo desses homens infames, por outro ângulo, ou seja, pela disputa que se trava pelo poder nesse microcosmo. Não questiona o sistema que isola esses indivíduos da sociedade e nem os fatos que os colocaram ali. Os sujeitos não negam sua personalidade criminosa; assumem-na com convicção. Genet dá visibilidade às relações de poder desses sujeitos excluídos que reclamam uma existência, mesmo a do pária.

Considerando que a sociedade constrói esses espaços para separar os indivíduos transgressores das leis, percebemos no excerto apresentado que ela não garante sua sobrevivência nesse ambiente que lhe foi destinado. A luta para manter a vida é diária. A esse respeito, Foucault afirma em *Microfísica do poder*, (1993, p.132) no capítulo sobre as prisões, que as instituições criadas com esse fim não transformam os indivíduos em pessoas melhores, ao contrário, cria novos criminosos ou afunda-os ainda mais na criminalidade, como já fora dito e como pudemos ver nestes excertos.

Considerando as reflexões de Foucault (2001) a respeito das utopias e das heterotopias e que, em muitos momentos esse lugares se cruzam, podemos considerar o espaço da prisão entre esses limiares, ou seja, ele também se torna utópico na medida em que há um discurso vigente no qual o sujeito isolado do convívio social deve melhorar sua conduta pela privação de algo que possuía, a liberdade. Todavia, o texto de Genet nos mostra que há um acirramento de lutas para se ocupar uma posição naquele espaço de confinamento, sobrevivendo aqueles que conseguem estabelecer relações de poder com seus pares, como o faz o personagem Yeux-Verts e Boule de Neige. O excerto que segue discorre sobre a vistoria do vigilante na cela onde se encontram os três prisioneiros. Nele se delineia as relações de poder da instituição sobre os detentos, mas apresenta também aquelas que são exercidas pelos pares.

Vigilante: eu vou vistoriar (*ele examina a cela*) está tudo em ordem aqui?

Lefranc: Tudo está em ordem, o Senhor bem o vê.

Vigilante à *Lefranc*: (*ele designa a cama desfeita*). Responda? (*silêncio*) você não responde? Eu te pergunto, porque a cama está desfeita?

Longo silêncio

Yeux-Verts, à *Maurice e à Lefranc*: Vocês dois? Vocês não sabem nada? Responda-lhe se foram vocês. É preciso ser franco, o chefe não vai fazer histórias.

Lefranc: Não sabemos tanto quanto você.

Vigilante (*sempre sorrindo*): Isso me espantaria. A franqueza os sufoca. [...], (grifos do autor), (GENET, 1988, p.73-75)

Nas relações dos prisioneiros com a instituição, sabe-se que eles devem respeitar as regras que determinam comportamentos e condutas sobre os corpos. Mas há também as regras criadas por seus pares. Oficialmente, essas regras internas criadas pelos prisioneiros não existem. São utopias dentro de uma heterotopia. O conjunto das normas, regimentos, leis que disciplinam os corpos fazem parte do dispositivo da prisão e, nesse sentido, é um espaço legitimado. Mas se considerarmos o exemplo do espelho dado por Foucault para explicar o limiar desses espaços que se entrecruzam, compreenderemos seu funcionamento. O exemplo da vistoria realizada pelo vigilante permite visualizar esse limiar em que

os espaços heterotópicos e utópicos se cruzam. As regras da instituição impõem aos prisioneiros a manutenção da ordem em suas celas, ou seja, é um elemento da heterotopia que regulamenta esses lugares. Porém, o vigilante ao encontrar uma cama desarrumada quer saber quem é o responsável. Nesse ponto, entram em funcionamento as regras dos prisioneiros. No espaço virtual em que se movem, eles sabem quem é o responsável, mas não dizem. Há um embate porque, ao seguirem as regras institucionais e dizerem a verdade, eles serão punidos pelas regras dos pares. E, ao contrário, se seguirem as regras dos pares, calando-se, serão punidos pela instituição. O espaço heterotópico e utópico se cruzam num embate de forças em que o sujeito Lefranc é confrontado pelos poderes que regem esses dois lugares dominados por duas autoridades, o policial e Yeux-Verts.

Há que se fazer uma escolha, em que posição do jogo o sujeito quer se colocar e, de qualquer forma, enfrentar as consequências de seu ato. Na cena em questão, o personagem Lefranc escolhe ser punido pela instituição porque a pena é mais leve do que aquela imposta por seus comparsas. Ir contra os companheiros seria colocar-se fora daquele espaço virtual que, de algum modo, também disciplinam seus corpos mantendo-os vivos.

Para continuar ampliando a compreensão de como a organização dos espaços está relacionada à posição que os sujeitos aí ocupam, pensamos que dois outros princípios podem ser abordados em relação à obra de Genet. Trata-se do quinto princípio que fala dos lugares que são regidos pelo sistema de abertura e fechamento e do sexto princípio que aborda os lugares que representam ilusões ou compensações.

5.2 Heterotopia de abertura e fechamento e de ilusão

No quinto princípio, no sistema de abertura e fechamento, Foucault afirma que esse tipo de espaço é organizado de forma que nem todos entrem em seus domínios. Ao mesmo tempo que é fechado, esse espaço é penetrável, mas dele não se entra ou sai com facilidade. Não é um espaço comum a todos. Ele cita como exemplo, lugares como as casernas, lugares religiosos cujo objetivo é manter o sujeito isolado com vistas a sua purificação e a prisão, tema desse estudo.

Para ser preso, o sujeito deve ter cometido algo ilícito, como a violação das leis, por exemplo, sendo, por isso, obrigado a ficar nesse lugar isolado. Em *Haute surveillance*, embora o foco seja as disputas pelo espaço dentro da prisão, à medida que o enredo se desenrola somos confrontados pelos crimes que colocaram aqueles sujeitos em isolamento. Todos ali sabem quais são os delitos, mas ao ser discursivizado novamente pelos seus mentores, cada um deles procura caracterizar-se como sujeito de poder, mesmo que os crimes sejam diferentes em sua natureza.

Primeiramente, tomamos como exemplo o personagem Yeux-Verts: ele conta como o desejo de matar apoderou-se dele e, quando se deu conta, não havia mais volta. Mas antes desse gesto fatal, ele se apresenta como um sujeito alegre: “Com minhas flores, sempre com uma flor entre os dentes ou na orelha no lugar do cigarro! Chamavam-me de [...] Paulo, dentes floridos!”, (GENET, 1988, p.50). Uma jovem o seguiu, seduzida pelo seu charme, querendo pegar sua flor. Ele a levou para seu quarto e ali assassinou-a. Essa flor o caracteriza, torna-se um símbolo de sua individualidade, mas é também o que permitirá que seja descoberto e preso.

No excerto a seguir vemos o personagem Yeux-Verts rememorando os fatos de sua desventura, numa posição fragilizada enquanto ainda é fugitivo para, em seguida, examinar-se na posição de prisioneiro e, consciente de seu crime, caracterizar-se como sujeito forte e valente.

Yeux-Verts:[...]Eu vi o perigo, mas felizmente depois. Vocês me compreendem? O perigo de me encontrar na pele de um outro. E eu tive medo. Eu quis voltar atrás. Pena! Impossível! Eu fiz esforços. Ia de um lado para o outro. Torturava-me. Eu tentava de todas as formas para não tornar-me um assassino. [...]Eu queria voltar no tempo, desfazer meu trabalho, reviver até antes do crime. [...]Eu me reconstruo. Eu colo meus pedaços. Eu me refaço em novo. Eu me torno mais forte, mais forte que uma fortaleza. Eu sou a fortaleza. Em minhas celas eu guardo musculosos, bandidos, soldados, saqueadores! Fiquem atentos! [...], (GENET, 1988, p.62-71).

Neste ato confessional, Yeux-Verts vai constituindo sua subjetividade e se posicionando aos comparsas numa relação de poder diante deles .

De acordo com o quinto princípio, a prisão enquanto espaço fechado, torna-se penetrável por aqueles que cumprem alguns ritos que são próprios para poder adentrar esse lugar. Através do exemplo de Yeux-Verts, vemos cumprirem-se os gestos que o levaram à prisão, ou seja, como se tornara um criminoso. Yeux-Verts, num gesto impensado, assassinara uma jovem, criando para si as características que o qualificaram como apto a ocupar aquele lugar. Ao acompanharmos o enredo de *Haute surveillance*, vemos também delineados os gestos dos outros companheiros de cela, Maurice e Lefranc, presos pela prática do roubo.

Já, Maurice se considera um rapaz esperto ao dizer: “Eu sou aquele que consegue passar por todos os buracos” e essa característica além de levá-lo ao cárcere, dá-lhe uma posição, que ele tem como poder, junto aos demais.

E, Lefranc, o outro detento, aos olhos da instituição é um condenado, mas com pena mais leve e, por isso, está prestes a deixar o lugar. Aos olhos da instituição seus gestos de ladrão não o classificam como sujeito perigoso que deve ficar em isolamento, mas como dentro da prisão temos o espaço virtual determinado pelas leis dos prisioneiros, Lefranc também é excluído desse lugar, daí advém a luta que ele trava com Maurice para conquistar um lugar nesse ambiente. Sua posição frágil, diante da relação de poder entre ele e os comparsas, o coloca fora dos dois sistemas.

O caso de Lefranc vai de encontro ao que Foucault afirma sobre os casos de delinquentes que a sociedade suporta fora das casas de correções. São delitos leves cujo prejuízo a sociedade aceita pagar porque tem outras formas de compensação. Desse modo, Lefranc está no limiar de dois sistemas heterotópicos, o do desvio, quando se encontra confinado, e o sistema comum, pois sua saída daquele lugar já está marcada. Mas os estudos de Foucault, em *Microfísica do poder* (1993), também apontam para outra realidade, o fato de as prisões produzirem mais delinquentes e Lefranc exemplifica essa afirmação. Esse personagem situado no limiar dos dois lugares procura se subjetivar como criminoso perigoso e, assim ser aceito nos dois sistemas, mas principalmente junto ao grupo de Yeux-Verts e Bouge de neige. Primeiramente, para ganhar a confiança dos colegas, ele procura colocar-se entre seus pares, enfrentando-os em suas verdades; tenta diminuir Yeux-Verts em relação a Bouge de Neige. Ele também enfrenta Maurice que não o deixa se aproximar de Yeux-Verts e somente quando demonstra por suas tatuagens que pertence a grupos violentos é que é aceito pelo líder e que Yeux-Verts decide guiá-lo, produzindo-lhe a certeza de que aquele lugar, a cela é o seu lugar perfeito.

Foucault explica o sexto princípio (2001, p.420-422) como forma de organizar o espaço no modo da ilusão e da compensação, ou seja, da ilusão porque o sujeito idealiza esse espaço como perfeito, um lugar que lhe propicia algo incomum que não encontra nos demais lugares, um local para se renovar. Assim, são lugares que existem e são ocupados esporadicamente ou desejados pelos sujeitos, como exemplo, o filósofo cita os lugares de veraneio e as colônias.

Acreditamos que o conceito heterotópico da ilusão pode ser deslocado de sua imagem real para entender o caso de Lefranc também. As histórias desse personagem não são verdadeiras, suas tatuagens são falsas. Ele cria uma ilusão de que é um bandido perigoso e temido e também ocupa um espaço que condiz com a ilusão que tem de si, mas é desmascarado pelo companheiro Maurice: “Tu és falso. Falso até a moela. Falsa tua história do barco e tuas marcas no pulso, falsos tuas tatuagens, falsas tuas raivas, falsa tua franqueza. Tu te vestias, tu te adornavas de nossas belezas, tu roubas nossos crimes!”, (GENET, 1988, p. 105-106). Ele vive o limiar desse espaço ilusório porque, por um momento, Yeux-Verts acreditou em suas aventuras no mundo do crime e se propôs a guiá-lo, mas Maurice que não quer perder seu espaço junto a Yeux-Verts, desmascara-o e o traz de volta à outra realidade também utópica, mas que rege os comportamentos. É no espaço de ilusão que ele se movimenta por um tempo dentro da prisão, que busca subjetivar-se como bandido de respeito entre os demais.

Entendemos como heterotopia da ilusão porque segundo Foucault, é um espaço que o sujeito ocupa temporariamente para renovar-se ou viver como lhe aprouver, como nos bordeis. Para Lefranc, esse lugar vai proporcionar-lhe o que ainda falta

para tornar-se bandido de respeito. Mas não é um espaço que se pode ficar por muito tempo, como afirma Foucault, e para sair desse espaço de fronteira em que se encontra, Lefranc não vê outra saída que não seja aquela que o iguala a Yeux-Verts: não suportando as investidas de Maurice, mata-o. É a partir desse momento que ele sai do espaço de fronteira que ocupava tanto na descrição do quinto e sexto princípios e vai ocupar o espaço daqueles que são confinados porque são perigosos e, também será temido pelos colegas de prisão.

Por outro lado, o sexto princípio, da ilusão, nos permite olhar ainda para o personagem Yeux-Verts que aguarda julgamento para ser enforcado ou deportado. Seu caso nos remete a um fato histórico que é a extradição de prisioneiros para outras colônias, muito comum em períodos anteriores ao século XX em toda a Europa. Muitos detentos franceses eram enviados para a Guiana Francesa e, na literatura, existe uma romancização em torno dessa deportação. Mesmo sendo outra prisão, há uma ilusão de que será diferente, de que há a possibilidade de começar nova vida, talvez regenerar-se. Na literatura francesa, um dos primeiros romances a tratar do tema do expatriado é *Manon Lescaut* (1731), de Antoine-François Prévost, cuja heroína, prostituta, é deportada para as colônias americanas. Na peça de Genet, o prisioneiro deseja ser deportado e a Guiana Francesa representa uma esperança de não ser enforcado, como vemos em sua fala: “Boule de Neige, ele me acompanha, me encoraja. Juntos iremos à Cayena, se sairmos e se eu me livrar da forca, ele me seguirá”, (GENET, 1988, p.13). Nesse sentido, esse lugar-outro representa uma ilusão. Ele existe, é desejado como uma espécie de repouso, de refazimento de forças, de renovação, como sugere Foucault para os lugares de veraneio que os indivíduos desejam e vão para se renovar mesmo que seja por curto período. Entendemos o desejo de Yeux-Verts como ilusão porque se ele for deportado ainda assim, continuará sendo prisioneiro.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Haute surveillance nos oferece um panorama das relações de poder que se estabelecem nas prisões e os modos como seus mecanismos funcionam. Considerando o dispositivo da prisão, todos os três detentos devem seguir suas regras, se movimentarem dentro da dinâmica estabelecida pela instituição, como o banho de sol, respeitar os horários das visitas, respeitar os vigilantes, etc. porque sobre eles existe o peso da instituição, do poder que os colocou ali, que os classificou como perigosos para a sociedade, por isso, sua reclusão num espaço apropriado. Nesse aspecto entra em funcionamento a heterotopia do desvio que separa os indivíduos incapazes de conviver em sociedade, criando-lhes um espaço próprio.

Todavia, como afirma Foucault, todos estão numa relação espacial, logo,

não há como isolar os três detentos; de uma forma ou de outra, haveria o peso da instituição sobre suas cabeças, obrigando-os a adotarem certos comportamentos com vistas ao regime em que estão circunscritos. Eles são produtos daquele meio e também contribuem para sua permanência. Na peça, podemos ver a relação que estabelecem com o micro e com o macrocosmo. As disputas pelo poder que ocorrem no cárcere têm sua ressonância no todo, porque existe um poder que os subjuga, seja da instituição seja de Boule de Neige, seja de Yeux-Verts. Logo, temos dentro da prisão as utopias, espaços que só existem em relação às heterotopias, ou seja, são os espaços criados virtualmente pelos detentos.

Pelos excertos recortados, pudemos ver que eles se movimentam nessas duas zonas, a que diz respeito à instituição e àquela que diz respeito às regras criadas pelos prisioneiros que também determinam comportamentos de corpos. É dentro desse complexo que todos têm que se movimentar respeitando as regras gerais que nem sempre os protegem das armadilhas daquele espaço. Se o poder que os coloca ali não cumpre sua função de proteção, abre espaço para que internamente se criem outras regras de sobrevivência. Assim, compreendemos as lutas pelo poder travadas entre Lefranc e Maurice que buscam incansavelmente uma posição que os mantenham vivos.

Então, o posicionamento dos sujeitos em espaços determinados e em determinados espaços não só os subjetivam como também instaura um olhar sobre o poder que, em âmbito micro e macro, tem como estratégia produzir saberes e outros novos poderes que resvalam na sociedade de todas as épocas e de todos os lugares num jogo em que as heterotopias produzem topias utópicas/atópicas e distópicas instauradas pelo dizer.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. “A vida dos homens infames”. **Les cahiers du chemin**, n. 29, 15 de Janeiro de 1977, p.12-29.

_____. **Microfísica do poder**. 11. ed. (Org. e trad. de Roberto Machado). Rio de Janeiro: Graal, 1993, p.1-227.

_____. Outros espaços. In: Manoel B. da Motta (Org). **Michel Foucault. Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Coleção Ditos& Escritos III. Trad. Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 2001, p. 410-422.

_____. **Estratégias, poder – saber**. 2. ed. (Manoel Barros da Mota, Org.) Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.223-265.

GENET, Jean. **Haute surveillance**. Paris: Gallimard, 1988.

HUBERT, Marie-Claude. **Le théâtre**. Paris: Armand Colin, 2003.

REVEL, Judith. **Foucault – conceitos essenciais**. Trad. Carlos Piovezani *et al.* São Carlos, São Paulo: Claraluz, 2005.

ROUBINE, Jean-Jacques. **Introdução às grandes teorias do teatro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

RYNGAERT, Jean-Pierre. **Ler o teatro contemporâneo**. Trad. Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SARGENTINI, Vanice M. O. “Dispositivo: um aporte metodológico para o estudo do discurso”. In: SOUZA, K. M. de e PIRES, H. (org) **Dispositivos de poder/saberem Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios, Goiânia: UFG, 2015.

ANÁLISE DO POTENCIAL DA LEI DA TV PAGA PARA DESCENTRALIZAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS NO SETOR AUDIOVISUAL BRASILEIRO

Data de aceite: 20/04/2020

Data de submissão: 07/02/2020

Roberta Filizola Custodio Barroso

Universidade Federal do Ceará

Fortaleza – Ceará

<http://lattes.cnpq.br/7460638203474587>

Samantha Claret Capdeville

Universidade Federal do Ceará

Fortaleza – Ceará

<http://lattes.cnpq.br/3578776860531981>

RESUMO: A lei 12.485/2011, também conhecida como Lei da TV Paga, representou um marco legal para a TV por assinatura no Brasil, pois determinou a presença da produção independente audiovisual brasileira na maioria dos canais. Deste modo, o presente trabalho teve como objetivo analisar o potencial da Lei 12.485/2011 para o efetivo aumento da produção independente nacional exibida na televisão à cabo, assim como para a descentralização dos recursos disponíveis ao setor audiovisual. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e interdisciplinar. Constatou-se que a Lei da TV Paga, articulada com outras políticas públicas, como as cotas estabelecidas pelo Fundo Setorial Audiovisual, foi responsável pela ampliação dos produtos audiovisuais nacionais independentes

exibidos nos canais da TV fechada e, como consequência, pelo aumento das produções oriundas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o que garantiu maior diversidade aos conteúdos produzidos. Portanto, conclui-se que a Lei da TV por assinatura contribuiu para a democratização dos meios de produção audiovisual, antes concentrados nas produtoras e nos grandes oligopólios midiáticos do eixo Rio-São Paulo, contudo, são necessárias revisões e adequações para que seja capaz de funcionar com eficiência a longo prazo.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Lei da TV Paga. Descentralização. Audiovisual.

ANALYSIS OF PAY TV LAW POTENTIAL FOR AVAILABLE RESOURCES TO BRAZILIAN AUDIOVISUAL SECTOR DECONCENTRATION

ABSTRACT: The Law 12,485 enacted in 2011, also known as the Pay TV Law, represented a legal landmark for pay TV in Brazil, because it determined the presence of independent Brazilian audiovisual production on most channels. Thus, the present work aimed to analyze the Law 12.485/2011 potential for the effective increase in national independent production shown on cable television, as well as for the deconcentration of resources available to the audiovisual sector. For this purpose, it

was accomplished a bibliographic research, through a qualitative and interdisciplinary approach. It was determined that the Pay TV Law, structured with other public policies, as the quotas established by the Sectorial Audiovisual Fund, was responsible for the Brazilian and independent content shown on pay TV channels expansion and hence for the raise in productions from the Brazilian North, Northeast and central-west regions, which ensured greater diversity to the content produced. Therefore, the conclusion was that the Pay TV Law contributed to the democratization of means of audiovisual production, previously concentrated in Rio-São Paulo production companies and large media oligopolies, however, revisions and adjustments are necessary for the Law to be able to work efficiently in the long term.

KEYWORDS: Public policies, Pay TV Law, Deconcentration, Audiovisual.

1 | INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho mundial é influenciado pelas atividades culturais, que se concentram onde há maior densidade econômica. O resultado deste processo é a ocorrência de um desenvolvimento desigual entre diferentes regiões. Assim, a promoção do pluralismo e das especificidades culturais de um país é ainda uma tópico fundamental nas discussões relativas à produção cultural (DICKINSON, HARVEY, 2005).

Também por causa da concentração dos meios de produção cultural pelos grupos de produção de conteúdos midiáticos, principalmente na linguagem cinematográfica, observa-se a histórica desvalorização da cultura regional, (LOBO, 2004). Deste modo, políticas que possuem a finalidade de democratizar a cultura devem atender à alocação criteriosa de recursos, a fim de possibilitar a isonomia no progresso das economias locais (SILVA, 2007).

Neste contexto, a lei 12.485/2011, conhecida como a Lei TV Paga, que além de unificar a legislação existente para o audiovisual no Brasil, estabelece um novo marco legal para a TV por assinatura no país, pois dispõe de artigos que determinam uma política de cotas, a fim de garantir um percentual mínimo de presença da produção audiovisual brasileira nos canais pagos. Ademais, o incentivo à produção das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país recebeu atenção especial se comparada aos textos legais anteriores, já que passou a ser amparado por um item específico: inciso I, parágrafo 3º do artigo 27 (SANTOS, 2017).

Desta forma, pretende-se analisar o potencial da Lei 12.485/2011 para descentralização dos recursos disponíveis no setor audiovisual e o consequente desenvolvimento de produções de fora do eixo Rio-São Paulo.

2 | BASES DA POLÍTICA DE FOMENTO AO AUDIOVISUAL

A ação do Estado brasileiro na formulação e implementação de políticas públicas para o audiovisual enfrenta, historicamente, a capacidade de articulação e de pressão dos grandes oligopólios da mídia, resultando na formação de obstáculos para as tentativas de introdução de novos agentes no mercado (BRITTOS, 2004). Esta prática configura uma barreira à sustentabilidade da produção independente nacional, a qual não tem a possibilidade de ficar autônoma e livre do controle financeiro do Estado ou de conglomerados audiovisuais e, em sua maioria, permanece em uma condição comercial periférica, comunicando-se com uma parcela restrita do público (MOREIRA, 2016).

Por meio da regulamentação, as demandas feitas para o audiovisual brasileiro e para as Comunicações de forma geral é marcado pela centralização decisória no Executivo federal e por um pequeno avanço na elaboração de políticas em prol da democratização da comunicação (PIERANTI, 2011). Levando em conta o contexto internacional, em que se faz presente uma forte indústria, com forte poder de articulação e pressão sobre os Estados-nação, percebe-se que, desde 2008, a atuação do Estado brasileiro no audiovisual tem privilegiado o fomento público à produção de conteúdos, com vistas ao desenvolvimento industrial do setor. Para tanto, foram implementadas medidas e programas articulados pelo governo federal, mas cabe questionar se tem efetivamente o poder de expandir a concorrência e de impedir a concentração dos meios de comunicação entre grupos que dominam o meio (MORAIS, 2016).

Apesar de não haver formalmente um documento que determina os pilares centrais de uma Política Nacional de Fomento ao Audiovisual no Brasil, pode-se alegar que essa Política se desenvolve a partir das diretrizes da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), apoiadas no Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), na Lei da TV Paga e no Programa Brasil de Todas as Telas (MORAIS, 2016).

A ANCINE foi criada pela Medida Provisória nº 2.228-1, com a função de regular e fomentar a atividade cinematográfica brasileira, ou seja, estimular o desenvolvimento da indústria e promover a auto sustentabilidade do audiovisual (SILVA, 2011). Na tentativa de propor um grupo de ações articuladas e modificar a lógica de fragmentação e descontinuidade de políticas que se observa na trajetória brasileira, como também para a evolução industrial do setor, foi criado pela Lei 11.437 em 2006, e regulamentado pelo Decreto nº 6.299, 2007, o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), mecanismo de fomento direto, destinado para o financiamento de programas e projetos audiovisuais (SIMIS; MARSON, 2010).

O FSA oferece linhas de ação para três diferentes seções do audiovisual: PRODECINE – cinema; PRODAV – televisão, incluindo os sistemas de radiodifusão,

TV paga e vídeo por demanda; e PROINFRA — infraestrutura para a indústria do audiovisual. Cada linha, por sua vez, possui modalidades de financiamento para as fases desenvolvimento, produção, exibição e distribuição de conteúdos audiovisuais (LIMA, 2015).

Grande parcela dos recursos do FSA provém da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE) e do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL), que são contribuições recolhidas dos agentes de mercado (TAVARES, 2015) que incide sobre a veiculação, a produção, o licenciamento e a distribuição de obras cinematográficas e vídeo-fonográficas. A partir de 2012, com a Lei 12.485, o pagamento da CONDECINE passou a ser obrigação também para operadoras de telefonia que prestam o serviço de TV paga, expandindo os recursos destinados ao fomento de modo notável.

Também em 2012, o Comitê Gestor do FSA (CGFSA) passou a adotar medidas com o objetivo de incentivar a regionalização e a descentralização do capital para regiões fora do eixo Rio-São Paulo, como a implementação de cotas regionais previstas na maioria das chamadas públicas lançadas a partir de 2013. Por este motivo, foi possível analisar que a divisão de recursos entre as regiões cresceu ao longo da última década, principalmente a região Nordeste, cuja participação atingiu 17,3% do total disponibilizado pelo FSA para projetos selecionados entre as regiões em 2018. (ANCINE, 2019).

Vale citar que, de acordo com dados da ANCINE (2019, p.24), em março de 2018, o CGFSA concedeu a instituição das seguintes cotas de diversidade racial e de gênero na Chamada de Concurso Produção para Cinema de 2018 (edital com recursos de R\$ 100 milhões):

a) Mínimo de 35% dos recursos disponibilizados na chamada para projetos audiovisuais de produtoras independentes dirigidos por mulheres cis gênero ou mulheres transexuais/travesti; b) Mínimo de 10% dos recursos disponibilizados na chamada para projetos audiovisuais de produtoras independentes dirigidos por pessoas negras ou indígenas Além disso, os Editais da SAV/MinC com recursos do FSA, lançados em 2018, no valor total de R\$ 64 milhões, são temáticos, englobando: narrativas audiovisuais para infância, adolescência e juventude; documentários temáticos, sobre cultura afro-brasileira e indígena e para infância e juventude; e desenvolvimento de projetos com tema “200 anos de independência do Brasil”; projetos para infância e desenvolvimento de séries. Ressalta-se que os editais têm cotas específicas (com percentuais distintos) para novos diretores, diretores de regiões fora do eixo Rio e São Paulo, negros, indígenas e mulheres.

Esta articulação de políticas estimula práticas de mercado voltadas para a geração de novos modelos de negócios, divisão de receitas e direitos patrimoniais partilhados entre os agentes, para assegurar a sustentabilidade das empresas produtoras (TAVARES, 2015).

Assim, o FSA se consolidou como principal ferramenta para o desenvolvimento

do setor audiovisual no país após as inovações trazidas pela da Lei TV Paga, que fez com que o volume de conteúdo nacional exibido nas TVs por Assinatura praticamente dobrasse (SILVA, 2014).

Pode-se inferir que, sem uma regulamentação no sentido de implementar cotas para a produção independente na televisão, são reduzidos drasticamente as opções de exibição para as obras audiovisuais brasileiras (GOMES, 2016). Portanto, a Lei da TV fechada é resultado da regulamentação estatal e do diálogo com os agentes envolvidos. É também uma grande conquista para a ocupação do mercado audiovisual e para a promoção da auto sustentabilidade do setor (LIMA, 2015).

É importante frisar que, apesar de o setor audiovisual no Brasil apresentar um caráter industrial, assim como pequenos avanços em relação ao estabelecimento de regras que garantam a diversidade na oferta de conteúdos, caracteriza-se pela implementação de bases legais dissociadas, de maneira que os esforços relativos a sustentabilidade desta área foram fragmentados (MORAIS, 2016).

3 I FOMENTO À PRODUÇÃO REGIONAL

Antes do marco legal analisado, a produção audiovisual brasileira estava concentrada em certos núcleos metropolitanos, que hospedavam as principais infraestruturas criativas dos oligopólios midiáticos nacionais. Assim, desde sua promulgação, houve um crescimento dos índices de veiculação, de comercialização e de produção audiovisual nacional, devido às oportunidades que a norma cria para o mercado audiovisual brasileiro. Havia, inclusive, a previsão de que, caso passasse a ser uma política contínua com constantes aperfeiçoamento, seria maior o número de pesquisas sobre os efeitos econômicos, culturais e políticos, e os benefícios usufruídos tanto pelos profissionais do setor, como pela sociedade em geral (SANTOS, 2017).

Em seu artigo 27, parágrafo 3º, inciso I, a Lei 12.485 institui um indutor de fomento regional, com a finalidade de desenvolver culturas audiovisuais mais amplas, promovendo as produções locais (LIMA, 2015). De acordo com este dispositivo, pelo menos 30% das receitas do Fundo Nacional de Cultura (FNC) reservadas para os programas PRODECINE, PRODAV e PROINFRA do FSA, devem ser destinadas às produtoras brasileiras das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essa providência proporciona a descentralização do capital do FSA e, conseqüentemente, um estímulo para empresas produtoras que não estão localizadas no principal eixo econômico do país (LIMA, 2015).

O mercado audiovisual brasileiro ainda é muito concentrado no eixo Rio-São Paulo, pois as maiores empresas do ramo, que implementam a maior parte dos projetos, estão localizadas nessas duas cidades. Nas demais regiões do país, há a

predominância de produtores de médio e pequeno portes, que tiram seu faturamento da produção de filmes publicitários, vídeos de casamento, aniversários e eventos em igrejas. A Lei 12.485 trouxe a oportunidade para estas empresas realizarem produções com aspectos culturais regionais, algo que não atraía o interesse dos chamados grandes *players*, ou grandes grupos econômicos do meio. Como resultado, a concentração dos investimentos na região sudeste decresceu de 95% para 56%, mudança que sugeria que o setor se direcionava a um maior equilíbrio, demonstrando certa maturidade do mercado audiovisual brasileiro (SANTOS, 2017).

Neste cenário, ressalta-se a relevância da regulação e do financiamento de projetos audiovisuais com a adoção de medidas afirmativas que levam em conta as injustiças históricas que constituíram a sociedade brasileira, fatores estratégicos para promoção da diversidade. Pode-se afirmar que a democracia só é possível em uma conjuntura na qual interesses e visões de distintos grupos culturais sejam respeitados. Para que todos os sujeitos participem de modo isonômico do processo político, é necessário que a sub-representação nos meios de comunicação de massa, que desenvolvem um imaginário social sobre determinados grupos, seja resignificada, mediante o incentivo à produção e à difusão de representações plurais (MOREIRA, 2016).

Por esta razão, defende-se que o audiovisual pode ser uma ferramenta tanto para reafirmação como para confronto dos “fascismos sociais”. (JÚNIOR; GUERRA; ALMEIDA, 2008). Estes fascismos sociais se manifestam em diferentes privações do espaço e dos serviços públicos, dos recursos naturais, do ambiente comunicacional e dos bens culturais. Pela expressão, também se pode referir à criminalização da pobreza, da diferença e dos movimentos sociais, bem como à imposição de valores condizentes com uma cultura hegemônica (SANTOS, 2009).

Cabe afirmar que a diversidade na comunicação é indispensável para o direito de promover, proteger e preservar a identidade cultural de todos os grupos sociais. Os Estados, portanto, compreendidos como um conjunto complexo, em que se distinguem instituições públicas, convenções, leis e valores, devem fixar políticas redistributivas que estimulem a convivência e harmonia entre as diferenças culturais. Na elaboração das políticas públicas, deve-se pensar na heterogeneidade como uma base para a democracia, não um empecilho. Deve-se não apenas resguardar a diversidade, mas desenvolvê-la, pois as economias criativas locais são mecanismos essenciais para o desenvolvimento democrático da Cultura e da informação nas sociedades globalizadas contemporâneas (SILVA, 2007).

Por fim, pode-se afirmar que a Lei da TV Paga é uma vitória em que o impacto não se restringe aos resultados econômicos, pois representa, sobretudo, uma conquista política. Os filmes, curtas e séries amparados pelos editais do FSA já estão integrados ao patrimônio da cultura nacional e espelham a diversidade do povo

brasileiro. Ressalta-se, porém, que, apesar dos avanços, são necessárias revisões e adequações para que a lei seja capaz de sobreviver com eficiência a longo prazo (MOREIRA, 2016).

REFERÊNCIAS

Agência Nacional do Cinema (ANCINE). **Resultados Consolidados do Fundo Setorial do Audiovisual**: Resultados consolidados dos recursos aplicados pelo FSA em programas e projetos do setor audiovisual entre 2009 e 2018. Rio de Janeiro, 2019. 28 p. Disponível em: <<https://fsa.ancine.gov.br/sites/default/files/atas-atividades/Resultados-Consolidados-FSA-10-anos.v2.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.437**, de 28 de dezembro de 2006. Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE, criada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, visando ao financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, prorrogando e instituindo mecanismos de fomento à atividade audiovisual; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 12.485**, de 12 de setembro de 2011.

BRITTOS, Valério Cruz. **Televisão e barreiras: as dimensões estética e regulamentar**. In: JAMBEIRO, Othon; BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério (Org.). COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E CULTURA: dinâmicas globais e estruturas de poder. Salvador: Edufba, 2004. p. 15-42.

DICKINSON, Margaret; HARVEY, Sylvia. **Film Policy in the United Kingdom**: New Labour at the Movies. *The Political Quarterly*, [s.i.], v. 76, n. 3, p.420-429, jul. 2005.

GOMES, Ana Lúcia. **A Lei da TV Paga e o audiovisual independente brasileiro**: Análise dos tensionamentos para regulação de conteúdo obrigatório. 2016. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, 2016.

LIMA, Heverton Souza. **A Lei da TV Paga**: impactos no mercado audiovisual. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LOBO, Júlio César. Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 4., 2004, Porto Alegre. **Paraíba e Baianos** (Análise de representações de migrantes nordestinos em filmes de ficção ambientados nas metrópoles). [s. l.]: Ufba, 2004. 15 p. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/65520317450464252090460848297511147721.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

MORAIS, Kátia. **A política de fomento ao audiovisual no Brasil e o lugar da TV**. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura - Eptic*, [s. l.], v. 18, n. 2, p.65-85, ago. 2016.

MOREIRA, Fayga Rocha. **Políticas culturais e de comunicação**: dimensões estratégicas para a reinvenção do Estado e para a construção de uma democracia intercultural – aportes teóricos. *Revista Latino-americana de Estudos em Cultura*, [s. l.], v. 10, n. 1, p.20-37, mar. 2016.

PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes de; GUERRA, José Roberto Ferreira; ALMEIDA, Simone de Lira. **Produção Cinematográfica e Estudos Culturais**: Uma Análise dos Discursos do Cinema Pernambucano Contemporâneo. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO ENANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

PIERANTI, Octavio Penna. **O Estado e as Comunicações no Brasil**: Construção e reconstrução da Administração Pública. Brasília: Abras/lecotec, 2011. 314 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pensar el estado y la sociedad**: desafíos actuales. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2009. Disponível em: < http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Pensar%20el%20Estado%20y%20la%20sociedad%20desaf%3%ADos%20actuales_CLACSO2009.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2019.

SANTOS, Fernando Jacinto Anhô. **Análise dos efeitos econômicos da Lei 12.485/11 no mercado audiovisual**. 2017. 75 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pósgraduação do Mestrado Profissional em Mídia e Tecnologia – PPGMIT, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - FAAC, Bauru, 2017.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. **Economia e Política Cultural**: acesso, emprego e financiamento. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. 308 p. (Coleção Cadernos de Políticas Culturais Volume 3).

SILVA, João Guilherme Barone Reis e. **Assimetrias, dilemas e axiomas do cinema brasileiro nos anos 2000**. Revista Famecos, [s.l.], v. 18, n. 3, p.916-932, 22 dez. 2011. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2011.3.10389>.

SILVA, Gárdia Rodrigues da. **Cinema e Televisão**: afastamentos e reaproximações na economia do audiovisual brasileiro contemporâneo. 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

SIMIS, Anita; MARSON, Melina. **Do cinema para o audiovisual: o que mudou?**. In: Rumos Itaú Cultural. Percepções: cinco questões sobre políticas culturais. São Paulo: Itaú Cultural, 2010, p. 21-33.

TAVARES, Mateus Alves. **Fundo Setorial do Audiovisual**: O Incentivo à Indústria Audiovisual Brasileira. 2015. 62 f. Monografia (Especialização) - Curso de Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BALIZAMENTO BUROCRÁTICO PARA ASSINATURA DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL VISANDO OTIMIZAR A GESTÃO PÚBLICA UNIVERSITÁRIA

Data de aceite: 20/04/2020

Alexandre B. Colle

Universidade Federal de Santa Catarina
alexandre_colle@hotmail.com

Luciane Stallivieri

Universidade Federal de Santa Catarina
lustalliv@gmail.com

Gabriela Guichard de Lima Beck

Universidade Federal de Santa Catarina
g.beck@hotmail.com

RESUMO: Nas últimas décadas o setor público viu-se sob maior pressão no sentido de buscar melhorias em sua forma de operar, tendo como pano de fundo os conceitos do Direito Administrativo e as Boas Práticas da Administração Pública. Diante deste contexto, várias estratégias de mudança têm sido adotadas por diferentes instituições públicas, geralmente utilizando práticas gerenciais do setor privado, levando em consideração as premissas relacionadas à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Este artigo apresenta um estudo de caso realizado na Secretaria de Relações Internacionais da UFSC – SINTER e analisou Acordos de Cooperação Internacional, levando em consideração o balizamento atrelado à burocracia, bem como a interação das

Políticas Públicas e Institucionais nos itens que compreendem estes Acordos. O objetivo da pesquisa é apresentar o modelo a seguir de acordo com os fatores propostos por Stallivieri (2017), relatando as vantagens e limitações destes itens. Além disso, o texto estabelece alguns elementos essenciais ao gestor de sistemas de educação, buscando orientações para a configuração de possíveis modelos de gestão e destacando alguns desafios e dificuldades enfrentadas por estes profissionais em seu cotidiano de transformações na Administração Pública.

PALAVRAS-CHAVE: Internacionalização, Gestão Universitária, Ensino Superior.

1 | INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi criada em 1960 e hoje, cinquenta e nove anos depois, conta com cinco campi em cinco cidades e apresenta um considerável crescimento se comparada a outras instituições de ensino superior. Com o objetivo de aumentar a eficiência dos processos e dinamizar a estrutura, os conceitos de gestão integrada estão introduzidos nas rotinas administrativas da instituição. Ao longo do trabalho, rotinas foram aprimoradas e enriquecidas sob uma

nova perspectiva, que objetiva enxergar a interação entre os setores envolvidos nos processos. Dessa forma, passou-se a abordá-los sob uma nova ótica, em que a visão departamentalizada, característica deste tipo de instituição, começou a mudar para a visão do processo, permeando os departamentos e setores envolvidos nas operações.

Para alcançar a Internacionalização em uma IES, não basta reter conhecimentos superficiais sobre a organização. É preciso buscar a fundo informações no âmbito de qualidade, meio ambiente, responsabilidade social, saúde, segurança etc. Para atingir este detalhamento, é necessário recorrer a metodologias que façam com que todo o conhecimento seja absorvido da melhor maneira possível, para que não haja perda de informações ou esquecimento de atividades importantes. Muitas informações e conhecimentos são perdidos com a aposentadoria ou afastamento de funcionários, falta de comunicação, falta de flexibilidade, etc. Isto faz com que as melhorias que poderiam ocorrer continuamente na instituição sejam desconsideradas.

A sociedade do conhecimento identifica como marco da educação superior a acentuada expansão das instituições com influência marcante da globalização. A globalização da educação superior é um conceito complexo, com uma diversidade de termos relacionados, como mundialização, internacionalização da educação superior, cooperação internacional, que, similar a outros fatos sociais, sofre interferência de tempo e espaço.

Nesta trajetória do processo internacional na educação superior, modelos e estratégias estão sendo propostos. Com o intuito de cooperar para a discussão sobre qual modelo seguir, este artigo analisa o balizamento burocrático para assinatura de acordos de cooperação internacional visando otimizar a gestão pública universitária para a produção de conhecimento em IES brasileiras. Stallivieri (2017) entende como Fatores do Balizamento Burocrático para assinatura de Acordos de Cooperação: Introdução, Identificação, Justificativa, Objetivos, Ações previstas, Cronograma, Financiamento, Obrigações, Recursos, Prestação de Contas, Coordenação, Vigência, Rescisão, Modificações, Solução de Controvérsias, Local e Data, Assinatura e Termos Aditivos. O interesse mútuo manifestado entre duas instituições de Ensino Superior, que se conhecem e se respeitam e levam em conta suas afinidades e suas diferenças, gera a necessidade de que seja oficializado, de alguma forma, o compromisso de fazer honrar, de maneira efetiva, as metas e os objetivos de tal aproximação. (STALLIVIERI; 2010).

Os dados da pós-graduação são oriundos de relatórios institucionais da própria UFSC. Merecerão estudos: Acordos Bilaterais e Multilaterais, Convênios, Portarias, Decretos entre outros.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Universidade – Um começo tardio no Brasil

O Ensino Superior no Brasil é caracterizado por um início tardio, considerando a realidade de outros países da América Latina, uma vez que as primeiras Instituições de Ensino Superior (IES) foram criadas somente em 1808, após a chegada da família real portuguesa ao país (DURHAM, 2003; MARCELO, CHACON, CALDERON, 2015), e, também, por ter tido a implantação do sistema de ensino privado paralelo ao setor público (DURHAM, 2003; BORTOLANZA, 2017).

Inicialmente não houve interesse em criar universidades, o ensino superior brasileiro foi antecedido por escolas para formação profissional pois na época procuravam formar profissionais indispensáveis ao estado e as necessidades da elite local, como advogados, engenheiros e médicos. A criação da universidade ocorreu na terceira década do século XX, em 1930 (DURHAM, 2003; BORTOLANZA, 2017). Sendo assim, durante o período em que o Brasil se constituía em colônia portuguesa, não houve nenhuma preocupação com a criação de instituições de ensino superior no país e ao contrário, qualquer iniciativa neste sentido foi vista como perigosa pelo colonizador.

Mesmo com o fim da permanência da Família Real no Brasil, em 1822 existiam aqui somente sete cursos de educação superior. Saltando para o ano de 1889, Proclamação da República, eram 19 os Cursos de Educação Superior no Brasil. Foram pequenas as iniciativas dos governos imperiais no campo do ensino superior. Cursos viraram academias, currículos foram alterados, mas o panorama não mudou substancialmente.

As primeiras Universidades só foram surgir no Brasil nas primeiras décadas de 1900, tal como a Universidade de Manaus, a de São Paulo e a do Paraná, todas marcadas por uma curta existência. Finalmente em 1915, através da Reforma Carlos Maximiliano, por meio do Decreto nº. 11.530, é autorizada a organização de uma Universidade Federal, que foi constituída pela Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica e das duas Faculdades Livres de Direito do Rio de Janeiro, Universidade que só foi criada em 1920 no Governo de Epitácio Pessoa. Sendo assim o Brasil ainda não é centenário no que diz respeito às Universidades.

O Governo de Getúlio Vargas (1930-1945) marcou o fim da Primeira República e o início do chamado Estado Novo, época que a educação passa por reforma e há a criação do Conselho Nacional de Educação. A reforma autorizou e regulamentou o funcionamento das universidades e permitiu o funcionamento de instituições isoladas e privadas (MARCELO, CHACON, CALDERON; 2015).

Nesse período de Vargas a oferta da educação superior cresceu devagar, momento que foi criada apenas três universidades públicas, sendo a Universidade

Nacional do Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal, também, no Rio de Janeiro (DURHAM, 2003; BOUTIN, SILVA; 2015).

A década de 1970 foi considerada um período de “milagre econômico”, época de ampliação no número de IES pela oportunidade de ofertar a qualificação que o mercado buscava e as instituições privadas com foco no lucro passam a dominar o cenário de educação superior brasileiro. O número de estabelecimentos de ensino superior privado aumentou de 463 para 682 na década de 70. De todo modo, com uma história severamente conflituosa no que tange a criação desses centros de saber e, por conseguinte tendo o Brasil largado com atraso em relação a ‘sus hermanos’ é possível dizer que atualmente não estamos atrás em termos tecnológicos, econômicos, acadêmicos e de infraestrutura em relação aos países da América Latina.

Segundo (Buarque; 2003), de todas as realizações brasileiras da última metade do século XX, talvez a maior seja a fundação de sua universidade, em especial da Universidade Pública Federal. Essa inovação foi, tão importante quanto a industrialização, o sistema de telecomunicações, a rede de transportes e a infraestrutura energética. A universidade é um símbolo da nação brasileira e da força do povo brasileiro. Atualmente, ao observar e analisar os novos paradigmas que estão se estabelecendo é possível entender que a transição naquilo que se definiu como Universidade tem sofrido influência com o fenômeno da globalização, tendo como consequência a Internacionalização do Ensino Superior.

2.2 A Internacionalização das Universidades

As “*universitas*” como eram chamados os espaços de aprendizagem quando foram criados na Idade Média, em sua essência já eram internacionalizados. Nas “*universitas*” todos falavam latim. Docentes e discentes de vários países se juntavam com o propósito de compartilharem conhecimentos. E assim permaneceram até o século XVIII e XIX quando medidas nacionalistas foram tomadas e todas tiveram que adotar a língua oficial do país para as Instituições de Ensino Superior (IES). Em alguns casos ocorreram proibições de estudantes que estudassem no exterior (ALTBACH; DE WIT, 2015; STALLIVIERI, 2017a). Os espaços de aprendizado europeus na Idade Média, similares as Universidades de hoje, desde sua criação, já eram internacionalizados em sua essência. Nas leituras propostas, indica a pressa do saber e que precisamos ser rápidos nos inputs e outputs ou nos inbound e outbound. Embora a teorização do movimento de internacionalização de IES seja relativamente recente, o fenômeno em si não é algo inteiramente novo. A mobilidade acadêmica, cuja motivação principal era a busca do conhecimento, pode ser considerada um dos primeiros indícios da internacionalização das IES. O reduzido número de

universidades na Europa e a sua dispersão no continente obrigavam aqueles que desejavam prosseguir seus estudos a viajar longas distâncias. Esse movimento ficou conhecido como “peregrinação acadêmica” (DE WIT, 2002).

Knight (1993, p. 7), por sua vez, considera que a internacionalização é o “processo no qual se integra uma dimensão internacional e intercultural ao ensino, à pesquisa e aos serviços de uma instituição”. Diante disto, é possível inferir que novamente o mundo está ficando cada vez mais internacionalizado, a considerar que durante a Guerra Fria, a internacionalização das IES assume uma conotação eminentemente política. As superpotências – EUA e URSS – incentivaram a colaboração internacional acadêmico-científica como forma de expandir seu poder político-econômico e de manter sob controle suas áreas de influência (DE WIT, 2002). A cooperação educacional, mediante programas de treinamento, bolsas de estudos, entre outros, torna-se assim um instrumento de política externa (DE WIT, 2002).

Já em 2006, observa-se que aproximadamente três milhões de pessoas estudavam fora de seus países de origem (IIE, 2009). Os Estados Unidos receberam cerca de 20% desses estudantes, seguidos pelo Reino Unido, com 13%, França e Alemanha, com 8%, e pela China e pela Austrália, com 7% (IIE, 2009). Pesquisa realizada pelo Instituto de Educação Internacional (IIE) prevê que, em 2025, aproximadamente oito milhões de pessoas estarão estudando em universidades estrangeiras (IIE, 2009). Esse incremento da mobilidade estudantil deverá fomentar ainda mais a internacionalização das atividades das IES.

Hoje a Internacionalização Abrangente (Hudzik, 2011) é o que tem se destacado, onde várias atividades e atitudes de Internacionalização devem ser realizadas concomitantemente com mudanças nas práticas internacionais e incluindo a Internacionalização na missão, visão e valores das instituições (HUDZIK, 2011; ALTBACH; MIHUT; SALMI, 2016; STALLIVIERI, 2017b).

Em 1998, na Conferência Mundial da UNESCO sobre Educação Superior (2003, p. 152), uma das quatro Comissões teve como foco a Cooperação Internacional, acentuando assim a importância desse aspecto, ao lado de tópicos como Relevância, Melhoria da Qualidade e Administração e Financiamento da Educação Superior. O Artigo 11 da Declaração Mundial da Conferência de 1998 afirma, no parágrafo b), que “A qualidade exige também que a educação superior se caracterize pela sua dimensão internacional: intercâmbio de conhecimento, redes interativas, mobilidade dos professores e estudantes e projetos internacionais de pesquisa, ao mesmo tempo em que leva em conta os valores culturais e as circunstâncias dos países.”

Segundo o relatório sintético sobre as tendências e desenvolvimentos na educação superior desde a Conferência Mundial sobre a Educação Superior (2003, p. 28), quase oitocentos anos depois de sua criação, as universidades precisam entender que as mudanças têm de acontecer para que voltem a ser a vanguarda crítica

da produção do conhecimento, firmem-se novamente como capazes de assegurar o futuro de seus alunos, recuperem o papel de principal centro de distribuição do conhecimento, assumam compromisso e responsabilidade ética para com o futuro de uma humanidade sem exclusão e reconheçam que a universidade não é uma instituição isolada, mas que ela faz parte de uma rede mundial.

Na Europa, ainda segundo o Relatório da UNESCO, a universidade foi uma das primeiras instituições globais e inclusive seus profissionais viajavam e trocavam informações. Desde seus primórdios até o presente, as universidades européias constituíram uma das mais formidáveis redes de conexões internacionais.

2.3 A Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no panorama da internacionalização

A Educação Superior possui como finalidades preparar os indivíduos para o exercício de uma profissão, incentivar a prática científica e civilizar, ou seja, preparar as pessoas para viver em sociedade, formando a sua consciência político-social, para que exerçam a cidadania. À reboque do exposto acima, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) se coloca como sujeito desta transformação tendo como missão: produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico. Para o alcance dessa premissa é importante destacar que esta renomada Instituição não é uma folha ao vento, sendo notória a necessidade de dinamizar o gerenciamento de sua estrutura. Nesse sentido Lima (2007 apud FOWLER, 2008 p. 17) aponta que ter a capacidade de executar o ensino-aprendizagem, sem a correspondente capacidade para estabelecer o que fazer para definir prioridades, organizar os recursos de toda ordem, conduzir as atividades e avaliá-las, é garantir um fracasso tão grande quanto ter um aparato administrativo sem capacidade para ensinar. Diante do exposto, Silva et. al (2003) relatam que estudos que permitem às Instituições de Ensino Superior aperfeiçoarem suas práticas de gestão, contribuem também para o alcance dos seus objetivos, esses que estão diretamente relacionados à geração de conhecimentos que acarreta no desenvolvimento da sociedade em que se inserem.

Entretanto, Miura (2006) adverte que o processo de internacionalização do ensino superior apresenta dificuldades inerentes que dificultam sua avaliação e gestão. O processo de internacionalização do ensino superior não ocorre de maneira homogênea. Lima e Maranhão (2009) indicam que a atuação na internacionalização do ensino superior pode ser ativa ou passiva. A internacionalização ativa, encontrada predominantemente nos países desenvolvidos, é caracterizada pela existência de políticas de Estado e institucionais que promovem a atração de alunos e professores estrangeiros, bem como a oferta de serviços educacionais no exterior e até a construção de campi em outros países. Já a internacionalização passiva,

predominante nos demais países, caracteriza-se pela falta de uma política estatal e institucional contínua e por uma postura reativa à internacionalização do ensino superior. Esses países assumem principalmente o papel de fornecedores de alunos internacionais para as IESs dos países desenvolvidos.

Uma economia globalizada demanda profissionais com visão e sensibilidade para questões internacionais. Essa visão e sensibilidade devem ser desenvolvidas também entre os profissionais de negócios, preferencialmente desde a sua formação (SHETTY; RUDELL, 2002). Um ensino superior que seja globalizado em suas propostas de cursos e formas de gestão em muito pode contribuir para a formação desses profissionais (KNIGHT, 2006). É diante desse contexto que a internacionalização do ensino superior tem se revestido de importância cada vez maior. Para Knight (2003, p. 2), internacionalização do ensino superior é:

[...] o processo no qual se integra uma dimensão internacional, intercultural ou global nos propósitos, funções e oferta de educação pós-secundária.

Já no século XXI, o país entrou no cenário mundial como a nova potência emergente, com a perspectiva de tornar-se a quinta economia do planeta no decênio 2011-2020, trata-se de um fato extraordinário, revelando que o país vem passando e deverá passar mais ainda por mudanças profundas em segmentos importantes da economia, com reflexos na geopolítica mundial e impactos em diferentes setores da sociedade, inclusive no sistema educacional, aí incluído o ensino superior.

Segundo o site da UFSC, esta Universidade apoia e implementa ações para viabilizar a mobilidade de estudantes, técnico-administrativos e professores. Com uma ativa política de internacionalização, que a destaca entre as melhores universidades do país, no final de 2015 foram cerca de 1.034 estudantes, docentes e técnico-administrativos da UFSC que realizaram intercâmbio em instituições estrangeiras em 2015, sendo 96 de intercâmbio por acordo bilateral. No mesmo período, cerca de 628 estudantes, docentes e técnico-administrativos estrangeiros recebidos no campi da UFSC, sendo 318 de intercâmbio por acordo bilateral.

A participação em programas internacionais como Ciência sem Fronteiras, Erasmus, Escala AUGM, PEC-G e PEC-PG, Pró-Haiti, USAC, entre outros, resulta em crescentes oportunidades para a comunidade universitária e promove a internacionalização dos campi. A colaboração bilateral com instituições estrangeiras aumentou significativamente nos últimos anos, alcançando 294 convênios em 44 países em todos os continentes, e com mais de 100 convênios em fase de negociação no final de 2015.

A política de internacionalização da UFSC visa promover a excelência científica e tecnológica do país e proporcionar solidariedade entre os povos. As ações de internacionalização são articuladas com os objetivos do ensino de graduação e

pós-graduação, da pesquisa e da extensão, elevando a qualidade acadêmica da Instituição.

Observe-se que, em 2006, aproximadamente três milhões de pessoas estudavam fora de seus países de origem (IIE, 2009). Os Estados Unidos receberam cerca de 20% desses estudantes, seguidos pelo Reino Unido, com 13%, França e Alemanha, com 8%, e pela China e pela Austrália, com 7% (IIE, 2009). Pesquisa realizada pelo Instituto de Educação Internacional (IIE) prevê que, em 2025, aproximadamente oito milhões de pessoas estarão estudando em universidades estrangeiras (IIE, 2009). Esse incremento da mobilidade estudantil deverá fomentar ainda mais a internacionalização das atividades das IES.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSC (2015-2019) considera fundamental o aprofundamento do processo de internacionalização, que deve ser entendido de maneira ampla. Pode-se observar esse comprometimento no OBJETIVO 13 – AMPLIAR A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA UFSC:

- Incrementar ações e projetos de cooperação internacional;
- Fomentar a cooperação institucional, interinstitucional, nacional e internacional em redes de pesquisa, principalmente as de alta complexidade;
- Fomentar a participação de docentes, discentes e servidores técnico-administrativos em eventos científicos internacionais para apresentação de trabalhos;
- Ampliar a publicação em revistas indexadas em bases de referência internacional;
- Incentivar o intercâmbio internacional do corpo discente e programas de dupla titulação e de cotutela.

Por outro lado, é fundamental que o ambiente da própria universidade seja considerado “de padrão internacional” em ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária. As três características das universidades de classe mundial (talentos, recursos e governança) podem ser inferidas a partir do PDI da UFSC. Ou seja, o PDI de certa forma direciona as ações da UFSC para se tornar uma universidade de classe mundial.

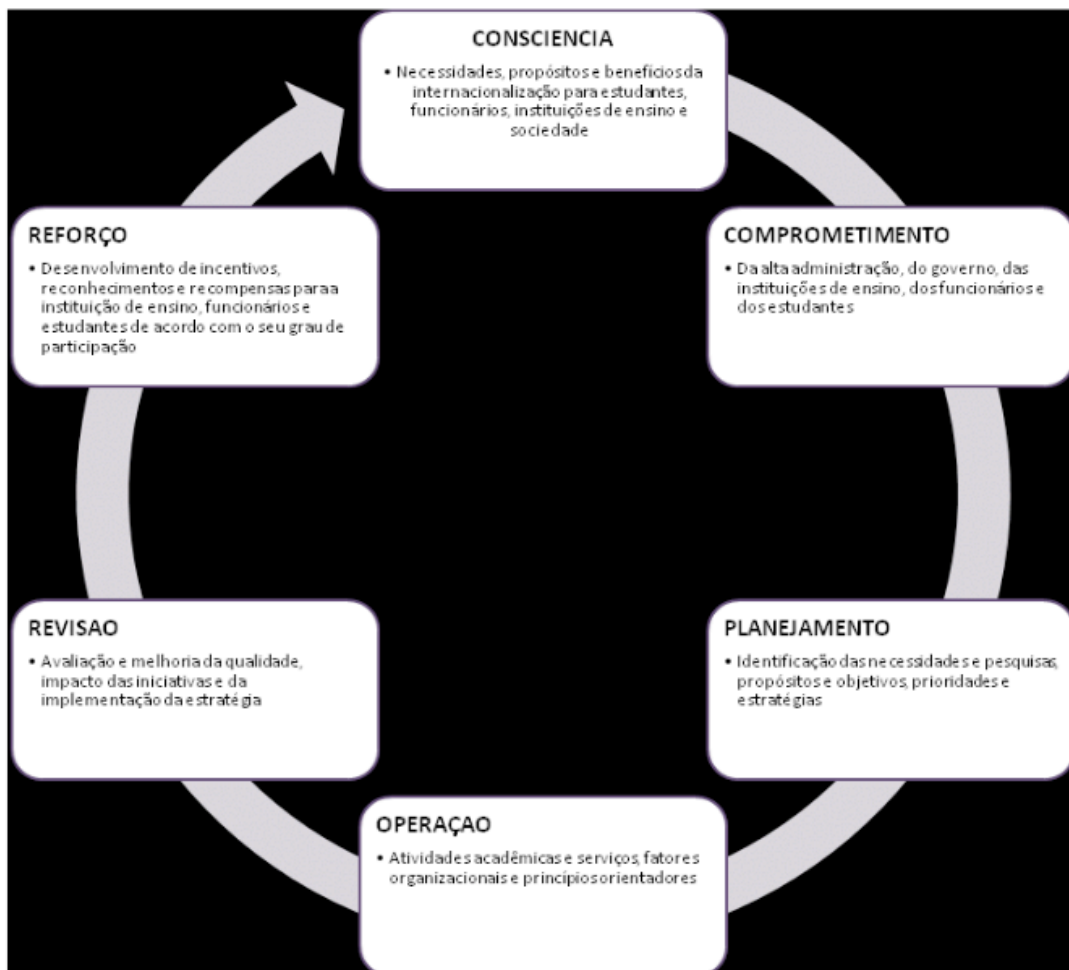
O PDI da UFSC atribui grande importância à construção da excelência acadêmica, que está expressa em sua visão: “Ser uma universidade de excelência e inclusiva” (p. 22). Excelência é um outro termo que define as universidades de classe mundial. Seguindo esta linha, a definição de internacionalização atual pode ser interpretada como a “integração da UFSC no círculo de excelência acadêmica mundial”. É importante enfatizar que os esforços de internacionalização devem estar alinhados com a missão da UFSC de forma mais ampla e desta forma comprometidos com o “produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e

tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida” (p. 23).

Tendo definido o objetivo geral e os objetivos específicos do processo de internacionalização da UFSC, torna-se necessário estabelecer uma sequência operacional para que as seis dimensões sejam contempladas durante todo o processo de internacionalização da UFSC. Neste sentido, o ciclo de internacionalização proposto por Knight (1994) serve como ponto de partida no sequenciamento das políticas, diretrizes e ações estratégicas a serem tomadas durante todo o processo.

CICLO DE INTERNACIONALIZAÇÃO (KNIGHT, 1994)

Um dos desafios que muitas universidades precisam enfrentar está relacionado à tradução de um forte comprometimento com a internacionalização em uma estratégia prática e transversal que integre e institucionalize a dimensão internacional nos valores e sistemas de uma universidade (Knight, 1994, p. 11). Aparentemente, o desenvolvimento desta estratégia pode parecer um grande desafio se visto a partir de uma perspectiva holística. No entanto, se abordada como uma série de passos flexíveis e interconectados, é possível conceitualizar o processo como um ciclo. O diagrama abaixo se baseia no conceito do ciclo de internacionalização proposto por Knight (1994).



Conscientização – conscientizar sobre a importância e benefícios da internacionalização para estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos. A internacionalização cobre todos os aspectos de uma universidade e todas as suas instâncias precisam estar cientes das questões envolvidas para que possam participar do processo. Desta forma, a internacionalização não pode ser propriedade de um pequeno grupo, na medida em que ela pode se tornar marginalizada e ser vista como uma questão excludente ao invés de inclusiva.

Comprometimento – assumir o compromisso junto ao processo de integração de uma dimensão internacional no ensino/capacitação, pesquisa, extensão e outros serviços. O comprometimento da gestão central é de vital importância e deverá ser expresso tanto de forma concreta (i.e. através de fundos alocados para a internacionalização) quanto simbólica (i.e. através do reconhecimento e premiação de esforços para aqueles que contribuem ativamente para a internacionalização).

Planejamento – desenvolver um plano ou estratégias abrangentes. O planejamento precisa acontecer em vários níveis distintos. Portanto, este plano institucional de internacionalização fornecerá as prioridades e direcionamentos durante o processo de internacionalização. Especial atenção será dada à questão da descentralização, encorajando a participação e iniciativas dos departamentos, unidades de ensino, laboratórios e grupos de pesquisa.

Operacionalização – implementar os diferentes aspectos de uma estratégia e

criar uma cultura de apoio. Nesta fase do ciclo, (i) serviços e atividades acadêmicas, (ii) fatores organizacionais e (iii) princípios orientadores serão os três componentes principais. É justo dizer que o desenvolvimento desses componentes são partes um tanto óbvias e essenciais do processo. Portanto, a prioridade e o ritmo de suas implementações dependerá dos recursos, necessidades e objetivos da UFSC.

Revisão – avaliar e melhorar continuamente a qualidade e impacto dos diferentes aspectos do processo. É importante salientar que por revisão entende-se monitorar e avaliar o valor e o sucesso de atividades individuais e como elas se complementam de forma sinérgica.

Reforço – premiar e reconhecer a participação de servidores docentes e técnico-administrativos no processo de internacionalização. Nesta fase do ciclo, o objetivo é desenvolver uma cultura dentro da instituição que apoie sua internacionalização através de formas concretas ou simbólicas de valorizar e premiar aqueles que trabalham diretamente com a internacionalização.

Tendo apresentado o ciclo de internacionalização, parte-se para a apresentação das políticas e diretrizes que informam a visão e o processo de internacionalização da UFSC.

As ações estratégicas sugeridas acima são de gestão compartilhada entre Pró-Reitorias, Secretarias e a SINTER, cujo conjunto de ações deverá ser planejado no âmbito de cada uma dessas instâncias. As instâncias integrantes das Políticas de Internacionalização da UFSC terão as seguintes atribuições:

I - à SINTER compete:

- a) promover a cooperação interinstitucional e a mobilidade acadêmica;
- b) realizar prospecção de parceiros nacionais e internacionais para convênios e termos de cooperação visando o ensino de línguas;
- c) prestar assessoria aos processos de convênios internacionais e nacionais;
- d) acompanhar e apoiar Programas/Projetos de ensino de línguas vinculados a convênios e termos de cooperação com instituições ou agências de fomento.

Como o documento de abril de 2018 denominado PLANO INSTITUCIONAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO não menciona como a SINTER e outras secretarias/órgãos de apoio operacionalizarão esta implantação, segue-se para o próximo tópico da pesquisa.

2.3.1 UFSC - Uma Instituição burocratizada

Neste capítulo serão abordados os fundamentos teóricos que permitirão à compreensão do ambiente em que está inserido o objeto do estudo, as fases da Administração Pública partindo do modelo burocrático à nova gestão pública, as implicações das Políticas Públicas e Institucionais para o Técnico-Administrativo

em Educação Superior (TAES), em sua Jornada de Trabalho num cenário de transformação, além de trazer os princípios norteadores do Direito Administrativo, o qual será tratado no primeiro tópico desta Fundamentação Teórica.

2.4 Os princípios norteadores do Direito Administrativo

A administração pública pode se submeter ao regime jurídico do direito privado ou do direito público a depender da necessidade do Estado estar em posição privilegiada, vertical, na relação jurídico-administrativa. O Regime jurídico administrativo se caracteriza sob dois prismas sendo o primeiro pelas prerrogativas, que representam alguns privilégios para a Administração e o segundo representado pelas sujeições, que limitam a liberdade da Administração, sob pena de nulidade do ato administrativo. (DI PIETRO, 2014).

O equilíbrio entre sujeições e prerrogativas também é demonstrado respectivamente pelos princípios implícitos da indisponibilidade do interesse público e a supremacia do interesse público. Tais norteadores ressaltam que a Administração não é a proprietária da coisa pública nem tampouco titular do interesse público, mas, ao mesmo tempo, proporcionam poderes especiais ao administrador público para atingir o objetivo público (BANDEIRA DE MELLO, 2014).

Os princípios da administração pública são, portanto, as ideias centrais do sistema, fixando diretrizes e dando o sentido lógico, harmonioso e racional determinando o alcance e o regramento dos subsistemas administrativos e balizando a interpretação e a própria produção normativa.

O art. 37 da Constituição Federal de 88 determina o seguinte:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impeccabilidade, moralidade, publicidade e eficiência. (grifo nosso)

O princípio da legalidade nasceu com a criação do Estado de Direito, o qual impõe a atuação dentro dos dizeres legais. O Estado cria as leis e, ao mesmo tempo, se submete ao arcabouço legal, garantindo o respeito aos direitos e garantias individuais segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2014).

Ressalta-se que a Administração Pública não deve seguir somente a Carta Magna e as Leis, mas também os instrumentos normativos secundários como Resoluções Internas de órgãos, Portais e Editais (ALEXANDRINO; PAULO, 2011).

O Princípio da Impessoalidade é caracterizado pela finalidade pública, que visa à satisfação do interesse público, pela isonomia, que traz a igualdade no atendimento sem discriminações, pela vedação de promoção pessoal, que despersonaliza e impede a promoção pessoal do agente público e pelo impedimento e suspeição, que ratifica a necessidade do administrador de declarar qualquer situação que lhe

impeça de atuar com probidade ou julgar de forma igualitária (ARAGÃO, 2012).

O Princípio da Moralidade dispõe dos padrões éticos que devem estar presentes na conduta do agente público, além de ser explicitado na Carta Magna de 1988, esse princípio está retratado na Lei 9.784/1999 em seu art. 2º, parágrafo único, inciso IV que dispõe: “*atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé*”. Conforme Maria Sylvia Zanella Di Pietro (p. 79, 2014):

“sempre que em matéria administrativa se verificar que o comportamento da Administração ou do administrado que com ela se relaciona juridicamente, embora em consonância com a lei, ofende a moral, os bons costumes, as regras de boa administração, os princípios de justiça e de equidade, a ideia de honestidade, estará havendo ofensa ao princípio da moralidade administrativa”

O Princípio da Publicidade defende a exigência de publicação dos atos administrativos gerais em órgãos oficiais como requisito de eficácia. Assim, os efeitos externos que o ato se propõe só serão válidos após a publicação nos meios oficiais. O referido princípio é analisado também pelo prisma da transparência, controle e *accountability*, uma vez que é direito dos cidadãos receberem dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade do administrador que der causa (MEIRELLES; ALEIXO; BURLE FILHO, 2013).

O Princípio da Eficiência incluído no art. 37 da CF/88 pela Emenda Constitucional de 19/1988 como decorrência da reforma gerencial do estado iniciada pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) traz à tona premissas de uma administração pública com excelência, fornecendo serviços públicos de qualidade à população, com menor custo possível mantendo os padrões de qualidade e no menor tempo. Esse princípio nasce do descontentamento do cidadão com a qualidade dos serviços públicos e os inúmeros prejuízos causados em decorrência da morosidade administrativa (BRASIL, 1995).

Salienta-se que, conforme Bandeira de Mello (p. 105, 2014), os cinco princípios explicitados no art. 37 da CF/88 foram os balizadores para a criação de outros princípios que norteiam as atividades da Administração Pública como a Razoabilidade e Proporcionalidade, Autotutela, Motivação, Continuidade do Serviço Público, Contraditório e Ampla Defesa, Especialidade, Segurança Jurídica, Vinculação ao Instrumento Convocatório, além de outros. Tais fundamentos são interpretações que se baseiam nos cinco principais princípios aqui explanados.

É importante que o administrador público consiga interpretar os fundamentos na produção e desenvolvimento de suas atividades com o intuito de preservar a relação jurídica-administrativa com a sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2006).

As fases da Administração Pública são resultado do seu amadurecimento e consubstanciam a manutenção e aprimoramento dos princípios, conforme explicitado

a seguir.

2.4.1 As fases da Administração Pública

O modelo burocrático de administração foi idealizado por Max Weber (1864-1920), sociólogo alemão. Esse modelo tem como premissa a racionalidade como forma de evitar o patrimonialismo exacerbado do modelo anterior. Os fundamentos da formalidade, impessoalidade e profissionalismo ganharam força com o modelo burocrático. Essa estrutura de modelo de gestão fez o distanciamento dos interesses da res privada (patrimônio e interesses do soberano) e da res pública (aquilo que é do cidadão), além de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista, consolidando assim, um modelo de gestão que permitiu a condução das atividades de forma mais eficiente (BRESSER-PEREIRA, 2001).

Entretanto, fazem-se críticas à burocracia pelos excessos que esse modelo traz considerados por Merton (1952, apud Chiavenato, 2011) pela expressão *red tape*. Algumas das disfunções do modelo supracitado são explicitadas a seguir:

- Internalização das regras e apego aos regulamentos: as regras se tornam os fins e passam a serem consideradas como a atividade final e objetivo da organização;
- Excesso de formalismo e papelório: necessidade de documentar e formalizar todas as comunicações alinhada com a falta da gestão da tecnologia da informação resultam na morosidade no processo decisório e no excesso de arquivos e documentos. O empregado desloca sua atenção ao gerenciamento de arquivos e atividades operacionais;
- Auto-referência: o modelo burocrático trabalha para si. Os mecanismos de controle e formalismo exacerbado transformam a organização em um sistema que não abre espaço para entender os clientes e atender aos seus anseios;

Apesar das disfunções trazidas, o Modelo Burocrático trouxe nova roupagem para Administração Pública. Bresser (2001) ressalta o grande progresso no século XIX após a administração do Estado pela burocracia weberiana. Weber, o principal analista desse processo, destacou com muita ênfase a superioridade racional-legal sobre o poder patrimonialista. Entretanto, no século XX, o Estado ampliou seu papel social e econômico, a estratégia básica adotada pela administração pública burocrática – o controle hierárquico e formalista dos procedimentos – provou ser inadequada. Essa estratégia podia talvez evitar a corrupção e o nepotismo, mas era lenta, cara, ineficiente.

A administração pública gerencial ou o paradigma gerencial surgiu no século XX como forma de enfrentar as disfunções da burocracia. Esse modelo não trata

de uma ruptura total com o modelo burocrático, mas o aprimoramento dos pontos negativos do modelo weberiano (BRESSER-PEREIRA, 2006).

A reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações (BRASIL, 1995).

O paradigma gerencial contemporâneo, fundamentado nos princípios da confiança e da descentralização da decisão, exige formas flexíveis de gestão, horizontalização de estruturas, descentralização de funções, incentivos à criatividade. Contrapõe-se à ideologia do formalismo e do rigor técnico da burocracia tradicional. À avaliação sistemática, à recompensa pelo desempenho, e à capacitação permanente, que já eram características da boa administração burocrática, acrescentam-se os princípios da orientação para o cidadão-cliente, do controle por resultados, e da competição administrada. (BRASIL, 1995).

Apesar da Administração Pública Gerencial ser repleta de aprimoramentos, é necessário que as Instituições Públicas tenham um mínimo de burocratização para, por exemplo, se amparar quanto aos aspectos relacionados à Legalidade.

A definição de Políticas Públicas e Institucionais, que será visto a seguir, proporciona a visão geral da relação entre elas, bem como sua relação com as atividades e rotinas da organização e ampara o objetivo deste estudo.

2.5 Políticas Públicas e Institucionais

Por implicação lógica, as Políticas Institucionais estão subordinadas às Políticas Públicas. Ou seja, é possível conceber Políticas Públicas como ação reguladora, tal como a criação de leis que imprimem direcionamentos específicos, com participação direta na economia para a provisão de serviços na saúde, educação, transporte público, incluindo a gestão de empresas estatais e para-estatais. Lembrando a afirmação citada na introdução do cientista político Thomas R. Dye (1972. P2), “a política pública é tudo o que os governantes escolhem fazer ou deixar de fazer” Sendo assim, é possível conjecturar que o trabalhador lançado neste contexto é forçado a se movimentar de acordo com tais escolhas. Já William Jenkins (Howlett et al., 2013, P.8) trata dos meios necessários para distinguir os aspectos triviais dos importantes nas atividades dos governos, afirmando que a política pública é

um conjunto de decisões inter-relacionadas – tomadas por um ator ou grupo de atores políticos – que se referem à seleção de objetivos e dos meios necessários a alcançá-los, no âmbito de uma situação especificada em que o alvo dessas decisões estaria em princípio ao alcance dos mesmos atores.

A pergunta que se faz ao tratar do tema Política Pública é ‘Que desenvolvimento queremos’? Tal pergunta tem profunda relação com o trabalho proposto, de modo

que não basta os países subdesenvolvidos buscarem inspiração nos desenvolvidos, conforme entende Guerreiro Ramos. Heidemann afirma que o desenvolvimento pode ser econômico, social, sustentável, político, multicultural tecnológico, democrático, inclusivo etc. No entanto é prudente lembrar que governos democráticos não disputam princípios constitucionais estabelecidos legitimamente, eles os cumprem. De qualquer forma, as ações de mudança praticadas na sociedade por força de lei ou por regulação pública para alcançar o desenvolvimento que se quer, é política pública, independentemente de serem públicos ou privados seus agentes implementadores. Ainda segundo Heidemann (2009. p.34) Política Pública é função básica do governo e seu aparato organizacional. Sendo cobrado do governo, por seus cidadãos soberanos e preocupados com seu destino, a eficácia econômica e social.

A cebola pode ser usada como analogia para explicar a relação simbiótica entre as Políticas Públicas e as Institucionais, sendo a primeira localizada no centro e a segunda em sua extremidade. Por implicação é também função do Estado dar atenção ao espaço público, ao exercício da cidadania e não meramente regular economicamente o mercado, sob pena de ver o Estado invadido pela esfera privada e confundido com o próprio mercado, ou reduzido a ele. Sendo assim, na ausência de um Espaço Público, tal como uma Universidade, não há lugar, nem liberdade para o exercício da cidadania. A Universidade, enquanto Instituição Pública, é de todos e perante ela todos são iguais, ao passo que o mercado, por basear-se na competição, cria desigualdades sociais e econômicas entre seus membros. Cabe à Universidade, como braço do Estado, o papel de garantir democracia e maior igualdade na sociedade, de tal modo que a Política Institucional imposta por esta instituição garanta os valores sociais supracitados, tal como a democracia.

3 | METODOLOGIA

Este artigo é caracterizado, quanto aos seus objetivos, como uma pesquisa exploratória e descritiva. Por proporcionar maior intimidade com o tema com o intuito de torná-lo explícito e construir hipóteses, caracteriza-se como exploratória, e por averiguar aspectos ambientais na compreensão da importância do Balizamento Burocrático nos Acordos de Cooperação Internacionais nos quais os Técnicos-Administrativos em Educação (TAES) estão interligados, caracteriza-se como descritiva. A pesquisa descritiva tem o objetivo de observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos sem a interferência do pesquisador (ANDRADE, 2002). Sendo assim, o estudo aqui descrito, busca proporcionar uma contribuição empírica ao tema, caracterizando-se como uma pesquisa qualitativa. Segundo McDaniel e Gates (2005, p. 45), uma “pesquisa qualitativa é uma expressão

empregada livremente para indicar as pesquisas cujas descobertas não são sujeitas a quantificação nem a análise quantitativa”. A pesquisa ainda considera que existe um dinamismo entre o mundo real e o sujeito o qual não pode ser transcrito em números. Além disso, não exige a utilização de métodos e técnicas estatísticas e existe a coleta de dados direta na qual o pesquisador é o instrumento-chave do processo (SILVA; MENEZES, 2005). Nesse sentido, definiu-se a utilização desta abordagem de pesquisa, pois é aquela capaz de analisar os aspectos implícitos no desenvolvimento das práticas de uma organização e a interação entre seus integrantes (TRIVINÕS, 1987). Além disso, a decisão de se utilizar esta abordagem foi devido à possibilidade de explorar e entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social (CRESWELL, 2010).

Quanto à tipologia da pesquisa, este estudo demonstra-se como um estudo de caso que segundo Gil (2002) é definido como um estudo profundo que permite um conhecimento expressivo e minucioso do objeto. Além disso, nesta pesquisa realizou-se levantamentos bibliográficos, ou seja, a partir de material já publicado sobre o assunto (GIL, 2002). Para Mattar (2005), um levantamento bibliográfico é uma das maneiras mais rápidas e com menor custo para ampliar os conhecimentos acerca de um problema de pesquisa, tendo em vista a utilização de pesquisas já realizadas por outras pessoas. Estes levantamentos poderão envolver buscas em livros e periódicos sobre o assunto, revistas especializadas ou não, dissertações e teses e outros.

Cabe salientar que o pesquisador é Servidor Públicos Federal da UFSC, objeto de estudo. Com isso, foi possível ter acesso aos documentos e obtenção de informações essenciais para realização do trabalho. Por outro lado, essa participação pode representar uma limitação do estudo, uma vez que há o viés de sua própria observação em seu cotidiano de trabalho nesta Instituição, a qual se somou aos resultados obtidos.

4 | RESULTADO

No site da UFSC lê-se que esta renomada instituição possui uma trajetória dedicada à formação do ser humano. Com os seus alicerces na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O reconhecimento social que recebe, a coloca entre as melhores universidades da América Latina – resultado do empenho e dedicação dos seus discentes, servidores docentes e técnico-administrativos. Lê-se também que ela afirma-se como instituição social de ensino superior, completamente comprometida com a construção de uma sociedade justa e democrática. Para além dos números, a UFSC é um patrimônio de Santa Catarina, uma instituição integrada à sociedade. Universidade pública, gratuita e de qualidade. A UFSC é responsável

pela formação de profissionais que promovem a diferença onde atuam.

No caso da internacionalização, considerando os desdobramentos decorrentes dos interesses institucionais, os documentos inicialmente firmados caracterizam-se como Protocolos de Intenções, ou seja, um acordo preliminar que prepara as instituições à celebração de convênios acadêmicos. Os protocolos ou as cartas de intenções apontam para o compromisso futuro de celebrar o convênio e nele não são estabelecidas as obrigações das partes signatárias.

Após os Protocolos de Intenções, geralmente são assinados convênios-marco, que conforme definição de Samoilóvich (1999) “possuem um caráter geral e reflete as linhas gerais do acordo e o desejo de cooperação”. A importância do balizamento burocrático para assinatura de acordos de cooperação internacional, se dá após ter sido amplamente explicado o porquê dos fatores que transpassam os itens listados no arcabouço destes acordos, tal como: Introdução, Identificação, Justificativa, Objetivos, Ações previstas, Cronograma, Financiamento, Obrigações, Recursos, Prestação de Contas, Coordenação, Vigência, Rescisão, Modificações, Solução de Controvérsias, Local e Data, Assinatura e Termos Aditivos.

Segundo Stallivieri (2010), através dos acordos internacionais, as universidades abrem suas portas para a internacionalização e a maior parte dos convênios prevê em suas cláusulas, os itens dos quais estão referidos no parágrafo anterior como estratégias para a cooperação. Ainda segundo a autora, a gestão dos Acordos de Colaboração deve ser cuidadosamente operacionalizada, pois há o risco de que o documento nem sempre atinja os resultados esperados, se não forem colocados como interesse institucional acima do interesse pessoal de um professor ou pesquisador. Sendo possível inferir que a má administração de um convênio pode ser altamente prejudicial para a imagem da instituição, prejudicando sua reputação na comunidade científica.

5 | CONCLUSÃO

O balizamento burocrático visa alinhar as decisões no contexto em que a organização se encontra inserida, na medida em que as políticas públicas tornam a UFSC autônoma para definir suas prioridades, em lugar de deixar-se determinar externamente pelas agências financiadoras. Nesse sentido, o artigo se propôs a relatar a importância deste balizamento. Foi também, por conseguinte, uma reflexão acerca da responsabilidade desta universidade como prestadora de serviço a comunidade acadêmica, pois o aparato burocrático envolve a análise e proposição de recomendações para melhoria do serviço prestado nesta comunidade. Portanto, este estudo teve a finalidade de ampliar o entendimento e a aplicabilidade desta possibilidade no âmbito institucional da UFSC, contribuído para a melhoria dos

serviços prestados para a sociedade. Diante disto, vale lembrar que conforme Chauí (2003), a universidade é um espelho da sociedade. As reflexões apresentadas pelos diversos autores nos textos percorrem os caminhos nas tomadas de decisões, processo necessário para dar resposta a problemas.

Com o arcabouço que se despreendeu do ‘como, onde e porque’ pré-definido, teve-se a intenção de gerar ciência, de tal modo que garanta um caminho ótimo, tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade, cumprindo a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, além de outros princípios implícitos que regem o serviço público brasileiro. Considera-se que é exequível os apontamentos norteadores listados aqui, pois o caminho metodológico empregado não exigiu dispêndio financeiro e não há restrições de acesso à dados relevantes na pesquisa. Pois, a coleta de informações foi feita na própria organização estudada e a partir daí as informações foram analisadas, organizadas e documentadas.

Em relação à gestão universitária, os convênios, portarias, decretos etc. compuseram a base das ferramentas de gestão que, por sua vez permitiram trabalhar de forma clara, legal e objetiva. De acordo com os documentos supracitados, objeto deste estudo, foi percebido que estão coerentes em relação às Diretrizes Legais amplamente analisadas aqui, não ferindo ou estando em discrepância com a Constituição. Sendo possível afirmar que a comunidade acadêmica está amparada legalmente, revelando um excelente exemplo para se demonstrar uma análise crítica. Entretanto, melhorias nesse campo são possíveis uma vez que respeitados os Dizeres Legais e adotando uma padronização de linguagem, cria-se a oportunidade para que esta descreva claramente o seu fazer e contribua para o avanço do conhecimento, promovendo um modo de visibilidade de trabalho através de um sistema eficiente de documentação.

Para finalizar, Universidade vai além de uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, uma Universidade é também o emprego de muitos cidadãos que a tornam Universidade, de tal modo que pode inclusive servir este artigo de benchmarking para futuros trabalhos acerca dos Fatores de Balizamento Burocrático para assinatura de Acordos de Cooperação em Universidades.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente**. Brasília: ENAP, 1997 (Cadernos ENAP, nº 10, p. 52).

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Método, 2011

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

- ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 31ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2014.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acessado em 20 de maio de 2018.
- BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, 1995.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Do Estado patrimonial ao gerencial**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **A universidade pública sob nova perspectiva**. In: Revista brasileira de educação, p. 05-15, Conferência na sessão de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd, Poços de Caldas, MG, outubro, 2003.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011
- CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (CUn/UFSC). **Dispõe sobre a pós-graduação stricto sensu na Universidade Federal de Santa Catarina**. Resolução Normativa nº 95/CUn/2017 de 04 de abril de 2017. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/175772> Acesso em 10 de maio de 2018.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 14ª ed., São Paulo: Atlas, 2002.
- DYE, Thomas R. **Understanding public policy**, 11 ed. Upper Saddle, New Jersey: Prentice-Hall, 2005
- DRUCKER, Peter. **Desafios Gerenciais para o Século XXI**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- EBERHART, M. E; PASCUCI, L. **O Processo Decisório e Suas Implicações Na Cooperação Universidade, Empresa E Governo: Um Estudo De Caso**. Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, vol. 7, núm. 2, mayo, 2014.
- Gil, Antonio Carlos. (2002). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- HEIDEMANN, Francisco G. **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento**. Brasília: EdUnB, 2009
- JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- MARTINS, Humberto Falcão. **Burocracia e a revolução gerencial – a persistência da dicotomia entre política e administração**. Brasília: Revista do Serviço Público, 1997 (Ano 48, nº 1, p. 42-78).

- MATIAS-PEREIRA, José. **Reforma do Estado, Transparência e Democracia no Brasil**. Málaga: Revista académica de economía, 2004.
- MEIRELLES, H.L.; ALEIXO, D.B.; BURLE FILHO, J.E. **Direito administrativo brasileiro**. 39ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.
- MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. **Teoria geral da administração**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- PALUDO, Augustinho. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução Sociológica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1958
- ROTHER, Mike; SHOOK, John, “**Learning to See**”, **The Lean Enterprise Institute**, MA, USA, 2000.
- SAMOILÓVICH, Daniel. **Novos Cenários da Cooperação Internacional. In: Encontro sobre a Cooperação entre a Europa e América Latina**. Coimbra: Universidade de Coimbra. Anais... Coimbra, 1999.
- STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras**. Caxias do Sul: Educs, 2004.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ANÁLISE DOS METAPLASMOS PRESENTE NA ORALIDADE DE IDOSOS EM UMA COMUNIDADE NO INTERIOR DE ABAETETUBA

Data de aceite: 20/04/2020

Paulo Ronaldo Nogueira Rodrigues

Universidade Federal do Estado do Pará – UFPA

Abaetetuba – Pará

<http://lattes.cnpq.br/3110150933181066>

José Eduardo Pastana Silva

Universidade Federal do Estado do Pará – UFPA

Abaetetuba – Pará

<http://lattes.cnpq.br/3038368016154860>

RESUMO: O presente artigo é uma pesquisa que visa buscar, de forma breve, abordar a percepção de como os metaplasmos está presente na oralidade de idosos em uma comunidade no interior de Abaetetuba. Faz-se necessário também perceber que a linguagem é uma ferramenta útil para interagir, imaginar e pressentir. Para isso, será de grande contribuição a reflexão de Mattoso (1979). E que por esta fazemos o nosso pensamento, de que a linguagem é um verdadeiro caminho para conduzir e obter conhecimentos. Além disso, é um meio de compreender e consentir a capacidade de reabilitar-se e aperfeiçoar a estimulação que nela tendem a ecoar a sua transformação. A análise do corpus deste trabalho surge de uma pesquisa de campo, no qual foi realizada uma entrevista de 30 (trinta) pessoas idosas em uma comunidade no interior de Abaetetuba, em que

contém 7 (sete) perguntas para cada idoso, sendo que as perguntas estão relacionados diretamente sobre o convívio deles, assim os mesmos são questionados e eles respondem de modo livre sem qualquer tipo de pressão. Este artigo fundamenta-se nos pressupostos teóricos da perspectiva discursiva de Mattoso (1979), Coutinho (1976) e Cunha & Cintra (2008). Assim, entender que as transformações da Língua Portuguesa a partir da romanização cooperaram para sua composição no presente. **PALAVRAS-CHAVE:** Idosos; Análise; Metaplasmos.

ANALYSIS OF METAPLASM PRESENT IN THE ORALITY OF ELDERLY PEOPLE IN A COMMUNITY WITHIN ABAETETUBA

ABSTRACT: This article is a research that aims to seek, in a brief way, to address the perception of how metaplasms is present in the orality of elderly people in a community within Abaetetuba. It is also necessary to realize that language is a useful tool for interacting, imagining and sensing. For this, it will be a great contribution to the reflection of Mattoso (1979). And that by this we do our thinking, that language is a true way to drive and gain knowledge. Moreover, it is a means of understanding and consenting the ability to rehabilitate and improve the stimulation that tends to echo its transformation.

The analysis of the corpus of this work arises from a field survey, in which an interview of 30 (thirty) elderly people was conducted in a community within Abaetetuba, in which it contains 7 (seven) questions for each elderly person, the questions being directly related to their interaction, so they are questioned and they answer freely without any kind of pressure. This article is based on the theoretical assumptions of the discursive perspective of Mattoso (1979), Coutinho (1976) and Cunha & Cintra (2008). Thus, understand that the transformations of the Portuguese language from the Romanization cooperated for its composition in the present.

KEYWORDS: Seniors, Analysis, Metaplasms.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo é uma pesquisa que surge na importância de abordar a percepção de como os metaplasmos estão presente na oralidade de idosos em uma comunidade no interior de Abaetetuba. Sabe-se que os metaplasmos são de grande valia na Língua Portuguesa no Brasil, bem como de imediato se pode perceber alguns pesquisadores e trabalhos como os de Mattoso (1979) e Coutinho (1976) e entre outros. Nessa conjuntura faz-se necessário que graduando do curso de Letras esteja apto a verificar e perceber a importância dos metaplasmos e suas modificações que circulam na Língua Portuguesa no Brasil, sendo assim, capaz de promover uma reflexão básica a respeito do trabalho com os metaplasmos.

Em se tratar da Língua Portuguesa sabe-se que como qualquer organismo vivo, como por exemplo, uma língua que está sujeita de diversas alterações, em que se transformaram e continuam se transformando ao longo do tempo e que desde o Latim verifica-se estas constantes alterações fonéticas até os dias atuais, nesta circunstância é o que chamamos de metaplasmos.

Os metaplasmos são algo inimitável que no dia a dia, eles continuam frequentando na fala do ser humano como se pode perceber no decorrer deste artigo.

2 | FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Segundo Mattoso (1979, p. 62), retrata que a língua aparece na comunicação por meio da fala e os homens se comunicam uns com os outros, e por meio desses sons vocais transmitem ideias, impressões e sentimentos. Mas não é tal comunicação que constitui a língua. Ela realiza-se num ambiente determinado, em meio de uma situação definida, concreta, diante de dados indivíduos, e a situação assim estabelecida colabora na comunicação.

Entende-se assim que o indivíduo se apropria da língua em situações que o ambiente no qual convive que fornece condições e poder de transformar e modificar a língua conforme sua necessidade.

Cunha e Cintra (2008, p.10), afirmam que “nos últimos vinte anos com o desenvolvimento da sociolinguística, as relações entre língua e sociedade, passaram a ser caracterizadas com mais precisão”. Logo de imediato percebe-se que toda língua falada está exposta em diversos meios de modificações e as mudanças linguísticas que aconteceram são como: de som, gramatical e semântica. Há, no entanto a presença da variação do nível gramatical que é caracterizada pela transformação do sistema de uma determinada língua, seja no âmbito morfológico, seja no sintático; e a alteração do nível semântico da língua desenvolve uma mudança do significado das palavras.

Pode-se difundir que nas transformações linguísticas acontecem em três fatores fundamentais como a associação entre a cultura e a língua, um impulso para a mudança que é a natureza estilística e por último, que ela é um sistema, uma estrutura em que os elementos estão ligados entre si por associações e contrastes, mas não é um sistema nem completo nem fechado, como afirmava Saussure, em equilíbrio instável, com uma série de pontos fracos, e esses pontos fracos são sempre suscetíveis de sofrer modificações.

Em relação às alterações de caráter sociocultural comprometem a língua, e esses fatos, concomitantemente são considerados sob diversos ângulos, marcam etapas dos estudos linguísticos. Os diversos modos de analisar e abordar os fenômenos da linguagem estabelece a história da linguística e descrevem o seu trajeto ao longo do tempo desde antiguidade.

Para Coutinho (1976, p. 56-57), refere-se que a evolução da língua portuguesa pode ser explicada em três fases: pré-histórica, proto-histórica e histórica a que compreende o período do Português arcaico e moderno.

Assim confirmando que o processo de evolução da língua acontece desde muitos séculos atrás até os dias atuais.

Segundo Mattoso (1979, p. 66), diz que a língua esta sempre em constante transformação e porquanto, tem uma história que, institui-se, portanto, uma distinção entre o estudo e a descrição de uma língua ou de uma parte dela ao longo de sua história, ou seja, a diacronia, e o estudo sincrônico, que é o estágio de uma língua considerado num momento dado, independente de sua evolução histórica no seu funcionamento contemporâneo.

Neste caso em que se relacionamos ao processo de modificação da língua chamamos de metaplasmos, que segundo Coutinho (1976, p.142), são modificações fonéticas que as palavras sofreram durante a sua evolução, do Latim para o Português; e essas alterações, são apenas fonéticas, conservando, as palavras, a mesma significação. Sendo classificados em cinco classes como: permuta, aumento, subtração, transposição e transformação.

Veja o quadro conforme o autor:

Metaplasmos por permuta	São aqueles que consistem na substituição ou troca de um fonema pelo outro e este aparece como: Sonorização, Vocalização, Consonantização, Assimilação, Dissimilação, Nasalização, Desnasalação, apofonia e Metafonia.
Metaplasmos por aumento	São aqueles que adicionam fonemas à palavra e este aparece como: prótese, ou prótese, epêntese, paragoge ou epítese.
Metaplasmos por subtração	São aqueles que tiram ou diminuem fonemas à palavra e este aparece como: aférese, síncope, apócope, crase, sinalefa ou elisão.
Metaplasmos por transposição	São aqueles que consistem na deslocação de fonema ou de acento tônico da palavra, em que a transposição de um fonema recebe o nome de metátese. E a transposição de acento tônico recebe o nome especial de hiperbibasmo, o qual é composto por sístole e diástole.
Metaplasmos por transformação	São aqueles que ocorrem quando um fonema de um vocábulo se transforma, passando a ser outro fonema distinto em lugar do primeiro e este aparece como: degeneração, rotacismo, lambdacismo, ditongação, monotongação, palatização e despalatização.

Tab. 1 – Classificação dos metaplasmos. Fonte: Coutinho, 1976.

3 | METODOLOGIA

A metodologia deste artigo foi estruturada na observação, análise e leitura dos autores como Mattoso (1979), Coutinho (1976) e Cunha & Cintra (2008). A análise se desenvolveu na identificação e leitura das modificações dos metaplasmos em uma pesquisa de campo realizada com trinta pessoas idosas no interior de Abaetetuba.

Sendo que foi realizada uma entrevista, a qual contém sete perguntas para cada idoso, assim os mesmos são questionados e eles respondem de modo livre sem qualquer tipo de pressão.

Veja o quadro conforme Coutinho (1976):

	1-Existem animais para caçar por aqui?	2-Tem preguiça por aqui?	3-Vocês plantam arroz?	4-Onde vocês plantam?	5-Onde vocês guardam as ferramentas de trabalho?	6-qual a fruta que mais tem no momento?	7-E a que menos tem?
1-Idoso	Animar	Preguiça	Arruz	Ruçado	Dentro	Cerola	Pupunha
2-Idoso	Animar	Preguiça	Arroz	Roçado	Indentro	Acerola	Pupunha
3-Idoso	Animar	Preguiça	Arroz	Roçado	Dentro	Cerola	Popunha
4-Idoso	Animal	Preguiça	Arruz	Roçado	Indentro	Cerola	Popunha
5-Idoso	Animar	Preguiça	Arroz	Ruçado	Indentro	Cerola	Pupunha
6-Idoso	Animar	Preguiça	Arruz	Roçado	Indentro	Cerola	Popunha
7-Idoso	Animar	Preguiça	Arruz	Roçado	Dentro	Acerola	Pupunha
8-Idoso	Animal	Preguiça	Arroz	Ruçado	Indentro	Cerola	Pupunha
9-Idoso	Animar	Preguiça	Arroz	Roçado	Indentro	Cerola	Popunha
10-Idoso	Animar	Preguiça	Arruz	Ruçado	Dentro	Cerola	Pupunha
11-Idoso	Animal	Preguiça	Arroz	Roçado	Indentro	Cerola	Pupunha
12-Idoso	Animal	Preguiça	Arruz	Roçado	Indentro	Cerola	Pupunha

13-Idoso	Animar	Preguiça	Arruz	Ruçado	Dentro	Cerola	Pupunha
14-Idoso	Animar	Preguiça	Arroz	Roçado	Indentro	Cerola	Pupunha
15-Idoso	Animal	Preguiça	Arroz	Roçado	Indentro	Cerola	Popunha
16-Idoso	Animar	Preguiça	Arruz	Ruçado	Dentro	Acerola	Pupunha
17-Idoso	Animar	Preguiça	Arroz	Roçado	Indentro	Cerola	Pupunha
18-Idoso	Animal	Preguiça	Arruz	Ruçado	Indentro	Cerola	Popunha
19-Idoso	Animar	Preguiça	Arroz	Roçado	Dentro	Cerola	Pupunha
20-Idoso	Animar	Preguiça	Arruz	Ruçado	Indentro	Cerola	Pupunha
21-Idoso	Animar	Preguiça	Arroz	Roçado	Indentro	Cerola	Pupunha
22-Idoso	Animal	Preguiça	Arroz	Ruçado	Dentro	Cerola	Popunha
23-Idoso	Animar	Preguiça	Arruz	Roçado	Indentro	Cerola	Pupunha
24-Idoso	Animar	Preguiça	Arruz	Roçado	Indentro	Acerola	Pupunha
25-Idoso	Animar	Preguiça	Arroz	Ruçado	Indentro	Cerola	Pupunha
26-Idoso	Animar	Preguiça	Arroz	Roçado	Dentro	Cerola	Popunha
27-Idoso	Animar	Preguiça	Arroz	Ruçado	Indentro	Cerola	Pupunha
28-Idoso	Animal	Preguiça	Arruz	Ruçado	Indentro	Cerola	Pupunha
29-Idoso	Animar	Preguiça	Arroz	Roçado	Indentro	Acerola	Popunha
30-Idoso	Animal	Preguiça	Arruz	Ruçado	Dentro	Cerola	Pupunha

Tab. 2 – Perguntas e respostas realizadas para os idosos em uma comunidade no interior de Abaetetuba. Fonte: Autor do trabalho, 2020.

4.1 ANÁLISE DO CORPUS

- animar

Animal = Metaplasmos por transformação = rotacismo do fonema //

- preguiça

preguiça = Metaplasmos por transposição = metátese do fonema /r/

- arruz

Arroz = Metaplasmos por permuta = metafonía do fonema /o/

- ruçado

Roçado = Metaplasmos por permuta = metafonía do fonema /o/

- indentro

Dentro = Metaplasmos por aumento = prótese dos fonemas /i/ e /n/

- cerola

Acerola = Metaplasmos por subtração = aférese do fonema /a/

- popunha

Pupunha = Metaplasmos por permuta = metafonía do fonema /u/

5 | DISCUSSÃO DOS RESULTADOS PRELIMINARES

Conforme a análise realizada da tabela apresentada na metodologia deste artigo, observam-se os seguintes detalhes:

Na palavra animal ocorreu em 21 (70%) dos entrevistados o rotacismo que é a transformação do fonema /l/ em /r/.

Em preguiça ocorreu em 12 (40%) dos entrevistados a metátese que é o nome dado à transposição de um fonema em uma mesma sílaba de um vocábulo, neste foi do fonema /r/.

Em arroz ocorreu em 14 (47%) dos entrevistados a metafonía que é o nome dado à alteração do timbre ou altura de uma vogal neste caso foi a do fonema /o/.

Na palavra roçado ocorreu em 13 (44%) dos entrevistados a metafonía do fonema /o/.

Dentro ocorreu em 20 (67%) dos entrevistados a prótese que é o nome que caracteriza o fenômeno de inserção de um fonema no início da palavra neste caso foi a dos fonemas /i/ e /n/.

Em acerola ocorreu em 25 (84%) dos entrevistados aférese que é o nome que caracteriza o fenômeno de supressão de um fonema (ou uma sílaba) do início de um vocábulo neste caso foi do fonema /a/.

E em pupunha ocorreu em 9 (30%) dos entrevistados a metafonía do fonema /u/.

Percebe-se que os metaplasmos por aumento: prótese, por transformação: rotacismo e por subtração: aférese. Estão presentes com muita frequência, nesta comunidade no interior de Abaetetuba.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluo, que as modificações fonéticas o que chamamos de metaplasmos da nossa língua que ocorreram em decorrência do tempo, elas continuam em processo de evolução, em decorrência de que a língua está sempre exposta em constante processo de mudança. E que os metaplasmos por subtração: aférese foi a que mais apareceu, porque desde criança os indivíduos desta comunidade no interior de Abaetetuba falavam frequentemente com maior normalidade sem qualquer tipo de problema de desvio da língua.

REFERÊNCIAS

CAMARA JR., J. Mattoso. História e Estrutura da Língua Portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

COUTINHO, Ismael de Lima. Gramática Histórica. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5^a.ed. 2008.

SAUSSURE, Ferdinand. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOBRE A ORGANIZADORA

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise 6, 8, 29, 35, 36, 53, 54, 55, 58, 61, 62, 63

Audiovisual 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36

C

Classes superiores 3

Comunicação 1, 31, 34, 35, 36, 38, 59

Cultura popular 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10

D

Descentralização 29, 30, 32, 33, 46, 51

Descoberta 3, 4, 5, 16

Dispositivo prisional 11, 13

E

Ensino superior 37, 38, 39, 40, 42, 43, 53

G

Gestão universitária 37, 44, 55, 56

Globalização 1, 38, 40

H

Heterotopia 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26

I

Idosos 58, 59, 62

Internacionalização 1, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 54, 57

Investigação 1

J

Jean Genet 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21

L

Lei 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 49, 52

Lei da TV paga 29, 31, 34, 35

Leitura 7, 61

M

Mercado de trabalho 30

Metaplasmos 58, 59, 60, 61, 62, 63

Mobilidade acadêmica 40, 47

P

Peter Burke 2

Planejamento 46

Políticas públicas 29, 31, 34, 37, 47, 51, 52, 54

Povo 3, 4, 5, 10, 34, 40

Produção cultural 30

T

Tradição 1, 3, 4, 5

Transformação 1, 2, 6, 15, 42, 48, 58, 60, 61, 62, 63

U

Universidades 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 53, 54, 55, 57

Utopia 11, 12, 17, 19

 **Atena**
Editora

2 0 2 0